

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG  
CAMPUS CORA CORALINA  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

RODRIGO ALVES BARBOSA

CAPOEIRA EM GOYAZ NOS SÉCULOS XIX E XX: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

GOIÁS/GO  
2019

RODRIGO ALVES BARBOSA

CAPOEIRA EM GOYAZ NOS SÉCULOS XIX E XX: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção de título em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária “Cora Coralina”.

Orientadora: Professora Dr. Gislaine Valério de Lima Tedesco.

GOIÁS/GO

2019

RODRIGO ALVES BARBOSA

CAPOEIRA EM GOYAZ NOS SÉCULOS XIX E XX: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Monografia de graduação em Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária “Cora Coralina, apresentada e APROVADA no dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019, à Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr. Gislaíne Valério de Lima Tedesco (UEG)

---

Arguidor: Prof. Me. Euzébio Fernandes de Carvalho (UEG)

---

Arguidor: Prof. Me. Paulo Sérgio Gomes Ferreira

GOIÁS/GO

2019

Dedico este trabalho, *in memoriam*, a minha avó Guaraciaba Camelo Barbosa, que sempre esteve comigo, me incentivando a buscar conhecimento, e que sempre me dizia: “estude, pois é a única coisa que ninguém pode tirar de você”. Aos meus pais, Aparecida de Fatima Alves Feitosa e Marco Aurélio Camelo Barbosa, pois sem eles este trabalho e muitos dos meus sonhos não se realizariam.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, demasiadamente, a UEG, seu corpo docente, direção e administração, bem como demais funcionários, que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, pelas inúmeras contribuições e provocações realizadas durante a graduação e qualificação, pela confiança no mérito e ética aqui presentes.

Em especial, agradeço aos docentes do Curso de Licenciatura em História, Prof<sup>a</sup> Dra Maria Dailza da Conceição Fagundes; Prof<sup>a</sup> Dra Raquel Miranda Barbosa; Prof<sup>a</sup> Dr Neemias Oliveira da Silva; Prof<sup>a</sup> Dr Eduardo Gusmão de Quadros; Prof<sup>a</sup> Dra Keley Cristina Carneiro; Prof<sup>a</sup> Dr Cristiano Alexandre dos Santos; Prof<sup>a</sup> M. Derotina Helecir de Brito Alvarenga; Prof<sup>a</sup> M. Leonardo de Jesus Silva; Prof<sup>a</sup> M. Paulo Sérgio Cantanheide Ferreira e, por fim, à minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr. Gislaine Valério de Lima Tedesco, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Agradeço também a todos os capoeiristas e ao meu mestre, Franco Fernandes Pedrosa, Mestre Escravo, por todos os ensinamentos e pela dedicação que sempre teve comigo e todos seus alunos; como ele sempre fala que somos mais que alunos, agradeço a honra de fazemos parte de sua família.

Enfim, expresso minha gratidão a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, amigos e colegas que foram de grande ajuda para o desenvolvimento desse trabalho, o meu muito obrigado.

*“Capoeira é mato ralo,  
É vegetação rasteira,  
É dança da negritude  
Da nação que é brasileira,  
É uma luta perigosa  
Disfarçada em brincadeira;*

*Capoeira é uma luta  
Inventada por guerreiro,  
Que era o negro escravo,  
Astuto e mandingueiro  
E hoje este jogo é  
Patrimônio brasileiro.*

*Capoeira é recordar  
A história dos oprimidos,  
Negro trabalhando duro  
Onde o castigo vivido  
Fez parte da trajetória  
De um povo heroico, sofrido.*

*Capoeira nobre luta,  
Pelo negro foi criada,  
Disfarçada em brincadeira  
Por quem tangia a boiada,  
O engenho, a pedreira  
E dormia em senzala.”*

(Francisco Diniz, em “Capoeira, A Luta de um Povo”, 2002)

RESUMO

A presente pesquisa analisa a prática da capoeira em Vila Boa de Goiás, através dos jornais que circularam em Goiás no final do século XIX e início do século XX, e objetiva compreender a marginalização da capoeira e dos indivíduos que a praticavam, tendo nesta uma forma de resistência. Assim, a prática e os indivíduos, em sua maioria negros livres e escravizados, sofriam com a perseguição social e da polícia, considerados perigosos para a ordem pública, marginalidade esta que continuou até meados do século XX quando a capoeira deixou de ser crime. Para tanto, foi necessário identificar quais as relações que os jornais faziam da capoeira com a marginalidade, analisando de forma crítica e metódica, para mostrar o pensamento da sociedade em relação a essa problemática. Os estudos apontaram, primeiramente, a falta de registros, em geral, do povo negro e suas manifestações, bem como os estereótipos nas descrições que existem. Sobre a capoeira, verificou-se que haviam membros do corpo policial que estavam envolvidos com a capoeiragem. Como metodologia, utilizou-se a pesquisa qualitativa bibliográfica e documental, então, com buscas em jornais. Diante disso, identificamos, de forma anônima, praticantes em vários setores, que defrontavam com as várias denúncias feitas pela sociedade que julgava inapropriados, inaceitáveis e até violentos, os praticantes de capoeira, tendo esta sido descrita por vários termos pejorativos, como “vadiagem”.

Palavras-chave: Capoeira. Goiás. Patrimônio imaterial. Memória Social.

## ABSTRACT

This research analyzes the practice of capoeira in Vila Boa de Goiás, through the newspapers that circulated in Goiás in the late nineteenth and early twentieth centuries, and aims to understand the marginalization of capoeira and the individuals who practiced it, having in this a form of resistance. Thus, the practice and individuals, mostly free and enslaved blacks, suffered from social and police persecution, considered dangerous to public order, a marginality that continued until the mid-twentieth century when capoeira ceased to be a crime. To this end, it was necessary to identify the relationship that newspapers made of capoeira with marginality, analyzing in a critical and methodical way, to show society's thinking in relation to this problem. The studies first pointed to the lack of general records of black people and their manifestations, as well as the stereotypes in the descriptions that exist. About capoeira, it was found that there were members of the police body who were involved with capoeiragem. As methodology, we used the qualitative bibliographic and documentary research, then, with searches in newspapers. In light of this, we identified anonymously practitioners in various sectors who were confronted with various denunciations made by society that they considered inappropriate, unacceptable and even violent, capoeira practitioners, which has been described by various derogatory terms as "loitering".

Keywords: Capoeira. Goiás. Intangible Heritage. Social memory.



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Tráfico negreiro .....	17
FIGURA 2	Viva Mestre Bimba! Viva a capoeira! .....	25
FIGURA 3	Os “vadios” na ponte .....	42
FIGURA 4	Assimilação animalésca do capoeira .....	46
FIGURA 5	Vereadores jogando capoeira? .....	47
FIGURA 6	Ordem Pública X Jogo de Vadiagem .....	48

INTRODUÇÃO.....	11
<a href="#">CAPÍTULO I - A CAPOEIRA E SUA HISTÓRIA NO BRASIL</a> .....	15
<a href="#">1.1 História da Capoeira</a> .....	15
<a href="#">1.2 Marginalização e criminalização da capoeiragem</a> .....	19
<a href="#">1.3 História da capoeira no estado de Goiás e da cidade de Goiás</a> .....	26
<a href="#">CAPITULO II – A MEMÓRIA NOS JORNAIS DE GOYAZ</a> .....	32
<a href="#">2.1 Contextualizando os Jornais de Goyaz</a> .....	32
<a href="#">2.2 Conceitos de Identidade e Memória</a> .....	37
<a href="#">CAPITULO III - COMPREENDENDO A CAPOEIRA MARGINALIZADA</a> .....	41
<a href="#">3.1 Obstáculos acerca de registros históricos</a> .....	41
<a href="#">3.2 Análise dos registros históricos</a> .....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	50
<a href="#">REFERÊNCIAS</a> .....	52

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa analisar a marginalização da capoeira e dos indivíduos que a praticavam, tendo em vista sua relação com grupos de africanos e descendentes escravizados, em Goyaz, através dos jornais que circularam em Goyaz no final do século XIX e início do século XX, sendo utilizados os jornais *A Tribuna Livre*, *Orgão do Club Liberal de Goyaz (GO)*, *Correio Oficial de Goyaz (GO)*, *Goyaz Orgão do Partido Liberal (GO)* e *O Publicador Goyano (GO)*

A capoeira, por muito tempo, ficou à margem da sociedade. Seus praticantes foram temidos e perseguidos pela polícia, tendo sua prática considerada crime em 1890, sob pena de prisão, através do Decreto nº 487 do Código Penal, no Capítulo XII, que tratava dos “vadios e capoeira”.

Elto Pereira de Brito (Mestre Suíno) em seu livro *CAPOEIRA Fundamentos – Tradições – Rituais*, nos mostra a cronologia da história da capoeira, diz que:

Entre 1539 e 1542 - Chegada dos escravos africanos ao Brasil, em Pernambuco.

Fins do século XVI - Surgimento da capoeira (Tese) no Quilombo dos Palmares

1624 - Evasão dos escravos africanos para o interior do Brasil. Organização de centenas de quilombos. Surgem as expressões: "negros das capoeiras", "negros capoeiras" e "capoeiras".

1712 – Primeiro registro escrito *Caa-puêra Português e Latino*, do Padre D. Rafael Bluteau, seu significado contudo não se refere à luta.

25 de abril de 1789 - Primeira menção da capoeira em registros policiais na prisão de Adão, pardo, escravo, acusado de ser "capoeira".[5]

### **Século XIX**

1809 – D. João VI criou a *Guarda Real de Polícia*, para seu chefe foi nomeado o major Nunes Vidigal.

1821 - Decisão de 31 de outubro: determinou sobre a execução de castigos corporais em praças públicas a todos os negros chamados capoeiras, Rio de Janeiro.

1826 - O artista francês Jean Baptiste Debret retrata um tocador de berimbau em *Joueur d'Uruncungo*.

1835 – Pela primeira vez é retratado o jogo de capoeira pelo alemão Johann Moritz Rugendas no livro *Voyage Pittoresque dans le Brésil* com as gravuras *Jogar Capoeira* ou *Danse de la guerre* e *San Salvador*.

13 de maio de 1888 - A Princesa Isabel decreta a Lei Áurea abolindo a escravatura no Brasil.

Surge o primeiro livro sobre a capoeira: o romance *Os Capoeiras*, de Plácido de Abreu, onde aparece a primeira nomenclatura de movimentos.

1889 - Proclamação da República. Deportação dos capoeiras considerados criminosos para o Arquipélago de Fernando de Noronha.

Nasce a proposta da **ginástica nacional**, como instrumento de Educação Física, a partir do reaproveitamento dos movimentos da capoeira. Esta forma desportiva foi liberada pela polícia.

1890 - Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890. Introdução da capoeira no Código Penal da República, no Capítulo XIII "Dos Vadios e Capoeiras" em seus artigos 402, 403 e 404. Criminalizando a prática da capoeira.

## **Século XX**

1907 - Edição do livreto apócrifo: *Guia do Capoeira ou Gymnástica Brasileira*. Nele as iniciais "O.D.C." que significam: Ofereço, Dedico e Consagro.

1909 - Luta do capoeirista Ciríaco, contra o lutador de jiu-jitsu Sada Miako. Este evento ocorreu através de alvará autorizado pela polícia, dentro do contexto da *luta brasileira*.

1928 - Surge no Rio de Janeiro o primeiro *Código Desportivo de Capoeira* sobre o nome de *Gymnástica Nacional (Capoeiragem) Methodizada e Regrada*. Este trabalho, de autoria de Aníbal Burlamaqui (Zuma), trouxe uma nomenclatura ilustrada de golpes e contragolpes, área de competição, regulamento de competição, critérios de formação de árbitros, fundamentos históricos, uniformes e outras informações.

1932 - Mestre Bimba funda a primeira academia oficial de capoeira.

1937 - Mestre Bimba funda o Centro de Cultura Física e Luta Regional, através do Alvará nº 111, da Secretaria da Educação, Saúde e Assistência de Salvador.

1940 - Decreto 2848. Instituiu o novo Código Penal Brasileiro. No mesmo não é citada a capoeira. A partir desta data o uso da palavra "capoeira" foi liberado.

1945 - Dando prosseguimento ao Projeto da Ginástica Nacional, o Prof. Inezil Penna Marinho publica o livro: *Subsídios para o Estudo da Metodologia do Treinamento da Capoeiragem*. Esta obra também foi inspirada em Aníbal Burlamaqui.

1949 - Mestre Bimba leva alguns alunos a São Paulo para competir com outras lutas.

1952 - Fundação do Centro Esportivo Capoeira Angola, em Salvador, tendo à frente Mestre Vicente Ferreira Pastinha.

1966 - Participação dos representantes da chamada capoeira angola, sob a liderança de Mestre Pastinha, no *Primeiro Festival de Artes Negras de Dakar*.

1967 - A Força Aérea Brasileira organizou o *Primeiro Congresso Nacional de Capoeira*.

1969 - A Força Aérea Brasileira organizou o *Segundo Congresso Nacional de Capoeira*.

1972 - Terceiro reconhecimento oficial da capoeira como uma modalidade desportiva, por ato do Conselho Nacional de Desportos. Inicia-se a fundação das *Federações Estaduais de Capoeira*, sob a jurisdição do *Departamento Nacional de Capoeira* da Confederação Brasileira de Pugilismo.

1974 - Mestre Bimba morre, no dia 5 de fevereiro, em Goiânia.

1975 - Realização do *Primeiro Campeonato Brasileiro de Capoeira* por intermédio da Federação Paulista de Capoeira.

1981 - Mestre Pastinha morre, em 13 de novembro.

1982 - Realização do *Primeiro Campeonato Mundial São Paulo X EUA* por intermédio da Federação Paulista de Capoeira.

1985 - - 3 de Agosto: Dia do Capoeirista, em São Paulo, pelo Governador Franco Montoro, Lei nº 4.649, de 07 de Agosto de 1985.

1992 - Fundação da Confederação Brasileira de Capoeira

1995 - Reconhecimento da capoeira e vinculação da Confederação Brasileira de Capoeira ao Comitê Olímpico Brasileiro.

1999 - Fundação da Federação Internacional de Capoeira, em São Paulo.

### **Século XXI**

2008 - A roda de capoeira foi registrada como bem já registrado, em 20 de novembro de 2008, pelo Departamento de Patrimônio Imaterial Cultural do IPHAN.

2014 – 26 de novembro, a Unesco reconhece capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. (MESTRE SUÍNO, 2019)

Podemos perceber que em parte da história da capoeira, tem a participação de militares. Os militares sempre foram amantes do esporte e por algum tempo, comandaram muitos projetos e eventos nesta área.

Com isso podemos perceber que apenas em 1934 a capoeira deixou de ser crime, através de um decreto expedido pelo presidente Getúlio Vargas, assim, o jogo passaria a gozar de reconhecimento e de maior prestígio perante a sociedade. Entretanto, a legalização acabou se tornando um meio eficaz de controle social e só em 1972 ela foi reconhecida, oficialmente, como esporte, pelo ministério da Educação e Cultura (CORDEIRO; CARVALHO, 2013). “A Roda de Capoeira - inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão, em 2008”; “**Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade** - A 9ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda aprovou, em novembro de 2014, em Paris, a Roda de Capoeira, um dos símbolos do Brasil mais reconhecidos internacionalmente, como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. O reconhecimento da Roda de Capoeira, pela Unesco, é uma conquista muito importante para a cultura brasileira e expressa a história de resistência negra no Brasil, durante e após a escravidão”. (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66>)

A importância da temática está na valorização da cultura genuína afro-brasileira, que mostra a resistência perante a repressão sofrida. A Capoeira é considerada, historicamente, uma cultura, uma luta, um jogo; mescla identidades e memórias de seus criadores, negros escravizados, de origem africana. Sua significância é tamanha que, no exterior, a capoeira é conhecida como “*brazilian martial art*”, ou arte marcial brasileira, bastante difundida e aderida (RONDINELLI, 2019). Outra característica predominante na capoeira é a música. Entoadada ao ritmo

de instrumentos como agogô, atabaque, reco-reco, pandeiro e o berimbau, é sempre tocada por membros da roda que se revezam, e é acompanhada de uma regra fundamental: quem está na roda deve, sempre, responder ao canto. A capoeira surgiu no Brasil, como uma forma de resistência dos escravos trazidos da África na época colonial. Além de ser utilizada para defesa física, a capoeira foi uma forma de resguardar a identidade dos escravos africanos. Para defender-se das violências dos capitães do mato, que tinham como atribuição capturar escravos fugitivos; e feitores, que eram aqueles que castigavam os escravos com comportamento “inadequado”, essa população deve ter seu caráter cultural e de resistência resgatado, como símbolo da luta dos explorados contra os exploradores, na luta do povo pobre e negro contra toda exploração e racismo.

Seu valor histórico e cultural foi reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, 2007, como patrimônio cultural do Brasil e a roda de capoeira como já foi dito se tornou patrimônio cultura imaterial da humanidade, em 2014, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Tais conquistas são tidas como de grande valor para cultura brasileira, haja vista que “A capoeira tem raízes africanas que devem ser cada vez mais valorizadas por nós. Agora, é um patrimônio a ser mais conhecido e praticado em todo o mundo”, como destacou, em nota, a ministra interina da Cultura, Ana Cristina Wanzeler, naquele ano. Assim como em outros recortes espaço-temporais e em outros canais, é relevante analisar como a prática da capoeira foi representada nos jornais da cidade de Goiás, nos idos dos séculos XIX e XX, bem como a imagética construída sobre seus praticantes. A mão-de-obra escrava africana foi muito utilizada no Brasil, principalmente nos engenhos (fazendas produtoras de açúcar) do nordeste brasileiro. Muitos destes escravos vinham da região de Angola, também colônia portuguesa. Negro era o nome utilizado pelos portugueses para designar o outro que devia ser escravo ou escravizado: era o “negro da terra”, que se referia aos nativos ameríndios, e o “negro africano”, os trazidos da África.

Assim sendo, à priori, temos que mostrar a trajetória dos negros escravizados, mostrando a importância que tiveram para a província de Goiás. Sá (2006) afirma que com a descoberta de ouro em Goyaz, feita por Bartolomeu Bueno da Silva no século XVII, o mesmo ganhou o título de superintendente das minas, organizando uma expedição para a exploração de ouro.

Iniciou, assim, a povoação das regiões do Rio Vermelho, Ouro Fino, Córrego da Barra, Ferreiro, entre outros, de modo que atraiu olhares de várias pessoas da colônia, que se deslocaram para a exploração do ouro. Portanto, as vindas dos povos africanos para a capitania de Goyaz desempenhou um papel crucial na formação étnica e urbana e na formação cultural local (SÁ, 2006). Logo, “essa população se tornou sedentária, subdividindo-se os escravos entre as roças e as lavras” (SALLES, 1992, p. 267).

Em Goiás, os africanos eram designados pretos. São ditos pretos os mina, angola, nagô, congo, Benguela, entre outros (LOIOLA, 2008). Esse processo de exploração de negros escravizados, em citação da estudiosa americana Mary Karasch (*apud* SÁ, 2006), que pesquisou as chamadas “nações de Goiás”, mostra inúmeras etnias africanas trazidas para Goiás, como os povos Bantos, tais como os angolanos, moçambicanos e congos, sendo o último o grupo étnico predominante na província de Goiás. A Autora Maria Lemke diz que “em Goiás não há classificações verticalizadas como a encontrada por Soares, ao analisar um grupo de pretos mina do reino do maki” e a nação Crioula à qual a autora Karasch faz alusão em suas pesquisas do período imperial de Goiás (LOIOLA, 2008, p. 38). A Autora em sua pesquisa traz a visão de Moraes que diz que a “designação mina ou angola diz respeito aos locais de apresentação ou embarque na África, o que impediria, determinar sua localização exata” porém “É certo que a ocupação dos sertões goianos foi efetuada por inúmeros grupos étnicos-africanos” (LOIOLA, 2008, p. 42). Esses povos sofriam várias dificuldades até chegar em vila boa, pois “ a distância de mais de 1.500 quilômetros entre Salvados e Vila Boa, provocava a morte de inúmeros escravos pelo caminho, pois chegavam extenuados da travessia do Atlântico”. (LOIOLA, 2008, p. 26)

A partir desse contexto, essa pesquisa se orientou pelas seguintes problemáticas: como eram vistos os capoeiristas pela sociedade daquele período? como eram tratados, quais formas de repressão sofriam? Quem eram estes praticantes? Como são fontes produzidas há mais de um século, naturalmente encontrou-se dificuldades para trabalhar tal tema, desde a escassez de referências ao objeto de estudo, ou seja, os capoeiras (já que os negros não tinham papel social reconhecido), à ausência de outras fontes, bem como a complexidade de se compreender as linguagens e termos da época.



Desta forma, para melhor compreensão do leitor, o trabalho foi estruturado em três capítulos. No Capítulo I trabalhamos desde a história da Capoeira no Brasil, da capoeira no estado de Goyaz até a capoeira na cidade de Goiás, para contextualizar o processo de formação e as transformações que a capoeira sofreu a fim de corroborar a importância desta para aqueles indivíduos que a praticava.

No Capítulo II, primeiramente, contextualizamos os jornais trabalhados no Capítulo III, que apresentavam resquícios da visão da sociedade local sobre as pessoas negras e algumas de suas manifestações, dentre essas, o que pode ser a capoeira. Então, sendo os jornais uma possibilidade de fonte histórica, ressaltamos como a Nova História propiciou outras fontes e abordagens, bem como novos arcabouços teóricos e linhas de pesquisa, como da memória e da identidade. Com os jornais, por exemplo, podemos compreender a memória coletiva daquela sociedade, racista, escravocrata e a tentativa de resistência das identidades e da cultura negra na prática da capoeira.

O papel social, bem como a identidade do capoeira, estão relacionados com a experiência sociocultural de africanos escravizados e seus descendentes, no Brasil, que se expressam, também, em outros símbolos da cultura brasileira, como carnaval, samba e o futebol, além da tecnologia, engenharia, arquitetura, arte, literatura, filosofia. A resistência da capoeira que sobrevive por séculos se deve a preservação da memória daqueles que fizeram parte dela e resguardaram para gerações futuras.

Já o Capítulo III trouxe análises referentes às fontes primárias, ou seja, os jornais da província, nos quais foram analisados tanto as ausências de maiores expressões sobre os capoeiras, bem as representações desses nessa arte e na sociedade e geral. Observa-se que o surgimento da imprensa goiana, segundo Borges e Lima (2008) e a Associação Goiana de Imprensa (AGI), teve por pioneiro a sistematizar dados históricos sobre a imprensa em Goiás, o padre Antônio Luiz da Silva e Souza (1764-1840), em meados de 1800.

Por fim, ressaltamos que a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, em trabalhos renomados de História e Historiografia, bem como teóricos, à exemplo das análises sobre memória e pesquisa documental, tendo, como fontes primárias, jornais da província de Goyaz nos séculos XIX e XX. O recorte temporal se deve principalmente pela ausência de fontes sobre o tema no século XVIII. Com isso, esse trabalho pretendeu contribuir com as redescobertas e releituras documentais

desses jornais e colaborar cognitivamente para que novos trabalhos possam ser feitos, além de corroborar a importância da cultura, hábitos e pensamentos do povo negro nessa sociedade.

## **CAPÍTULO I - A CAPOEIRA E SUA HISTÓRIA NO BRASIL**

No presente capítulo apresentamos a trajetória da capoeira no Brasil, a partir de algumas fontes bibliográficas. Partimos do pressuposto de que é de suma importância conhecermos o mínimo das possíveis origens da capoeiragem, que provavelmente começou no litoral brasileiro e foi se espalhando para as demais províncias na medida em que essas regiões foram sendo ocupadas.

A história da capoeira se entrelaça à cultura vinda da África, por meio dos africanos escravizados, e à cultura do Brasil, haja vista que eles tiveram que adaptar suas crenças, cultura, língua e modo de vida. A aculturação não foi total, pois vários traços da cultura dos mesmos resistiram e novas culturas foram criadas por esses povos africanos, traços que se notam na culinária, na religião, modo de trabalhar e na capoeira, que é uma dessas criações.

A capoeira é considerada afro-brasileira por muitos pesquisadores, pois é uma criação de negros africanos em solo brasileiro e foi desenvolvida para se defenderem da opressão dos europeus que os mantinham como escravos. Assim, a capoeira é diferente de qualquer outra luta, por ter um gingado que se assemelha à dança, uma musicalidade e canto que a acompanham.

Por muito tempo a capoeira foi praticada às escondidas, nas senzalas, na mata (capoeira) entre outros lugares e, caso alguém os surpreendessem, diziam que estavam apenas dançando. Logo, a ela é uma manifestação cultural que se caracteriza por sua multidimensionalidade, conciliando dança, luta e jogo.

### **1.1 História da Capoeira**

Tencionando contextualizar a capoeira, esse tópico remonta a colonização e a chegada dos povos africanos em solo brasileiro, desde o trabalho forçado à resistência expressa em suas vivências e costumes

A história da capoeira é repleta de luta e sangue derramados em prol da liberdade dos povos africanos e, posteriormente, de seus descendentes, que não suportavam mais ser dominados, escravizados, humilhados, explorados e mortos. Desenvolveram, então, como forma de resistência física, identitária e simbólica, algo que não chamaria tanta atenção, posto que não tinham acesso às armas, ou qualquer outro poder que os livrassem da exploração (CARVALHO JÚNIOR, 1998).

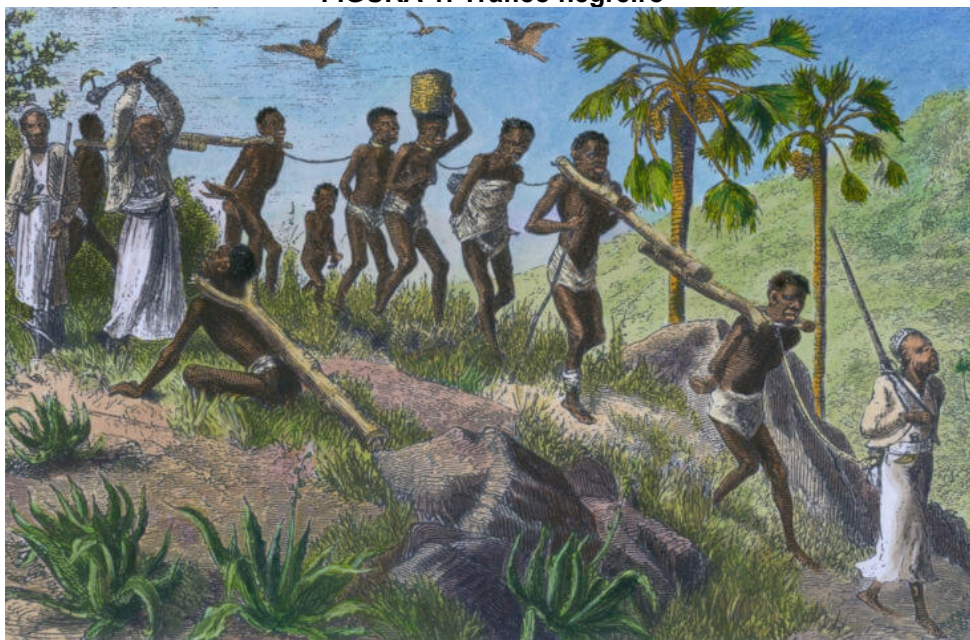
Quanto mais a capoeira ganhava expressão e se espalhava pelo Brasil, sua repressão aumentava gradativamente, com prisões, castigos, mortes, cada vez mais constantes, mas isso não foi suficiente para reprimi-la. Vários meios, com o passar dos anos, foram utilizados para que a capoeira e seus praticantes se mantivessem e sobrevivessem (COUTO, 1999).

A entrada desses povos no Brasil é resultado, portanto, da valorização do homem negro como mercadoria, forma lucrativa de acumulação de riquezas, que deu origem ao tráfico negreiro do continente africano para outros, como o americano, a fim de utilização de sua força de trabalho gratuita. Consequentemente, essas ações foram caras à África, dado que, entre escravizados e mortos, chegaram, aproximadamente, 10 a 15 milhões de pessoas (CARVALHO JÚNIOR, 1998).

Embora já fosse costume a utilização de mão de obra escrava, foi com a chegada de europeus no litoral africano que a prática se tornou mais rentável e, em decorrência, problemática:

A produção de cativos existia já antes da chegada dos europeus. Entretanto, essa realidade cresceu enormemente quando os europeus se estabeleceram na costa da África, oferecendo apreciadas e abundantes mercadorias por cativos. A produção e a distribuição de cativos antes da chegada dos europeus não causavam problemas para a África. Esses Homens e Mulheres imergiam, como cativos e mulheres solteiras, em uma aldeia, para emergirem, em outra, como agregados e esposas (MAESTRI, 1994, p. 42-43).

Esse processo de tráfico escravo, foi bem lucrativo para os envolvidos sendo que, esses povos escravizados garantiram o salário dos purgadores, padres, entre outros negociantes. A FIGURA 1 ilustra o transporte dos cativos, pela qual se nota a objetificação desses povos e a redução de suas humanidades às condições análogas a animais. Assim, as pessoas escravizadas eram obtidas na África por meio dos traficantes que compravam prisioneiros de guerra ou sequestravam africanos livres.

**FIGURA 1: Tráfico negreiro**

FONTE: NEVES, 2019

Os africanos que moviam arrancados de suas terras, levavam uma vida de muito sofrimento. As fugas para as florestas chegavam ser quase impossíveis, visto que encontrava-se grandes perigos, sendo que era uma mata desconhecida e sem meios de subsistência, além disso, os negros que conseguisse fugir estaria correndo perigo de confronto com índios que “há muito combatidos pelos portugueses, encaravam os africanos, não como os aliados contra os portugueses, mas como opressores que também vieram tomar suas terras” (CARVALHO JÚNIOR, 1998, p. 42) o que também dificultava a fuga dos africanos escravizados era o carregamento dos navios negreiros que vinham para os portugueses donos de engenhos, africanos de várias origens tribais e conseqüentemente com vários dialetos.

Com o passar do tempo, como destaca Carvalho Júnior (1998), os escravizados aprendiam a língua franca da época, o tupi. Nas vivências sob exploração e violência, houveram as primeiras fugas, as quais ocorriam quase sempre em grupos, formando os assentamentos dos quilombos, dos quais, o quilombo dos Palmares era o mais conhecido. Buscando defender da opressão sofrida, desarmados e como única alternativa para suas defesas, “a capoeira veio para substituir a falta daquelas armas”. Segundo o mesmo autor:

Os capoeiras começaram suas lutas em 1798 com a Revolta dos Alfaiates. Antes, porém, houve um prelúdio em 1797, não anarquicamente como querem alguns historiadores, mas já libertos nascidos no Brasil (negros) que atacaram armazéns dos portugueses e expropriaram suas mercadorias para entrega-las à massa escrava que os assistia e aplaudia (CALVALHO JÚNIOR, 1998, p. 42).

A capoeira é uma das manifestações culturais mais antigas praticadas no Brasil, de modo que Oliveira e Leal (2009, p. 27) afirmem que sua história “teve como referencial de investigação os trabalhos de memorialistas do século XIX e primeira metade do século XX, interessados nas tradições populares de matrizes africanas”.

Couto (1999, p. 15) ressalta que uma importante característica da capoeira é a urbanidade, ou seja, era mais registrada nas cidades, “uma mistura de dança, luta e jogo que surgiu nos meios negreiros no período escravista, principalmente escravos vindos de Angola”.

Alguns estudiosos, como Carvalho Junior (1998) e Couto (1999) estudaram a origem da palavra Capoeira, para os quais, o significado teria origem no tupi *Kapu'era*, que é “clareira”. Esse termo está relacionado ao local onde era roçada a mata nativa para o cultivo agrícola.

A palavra do tupi-guarani *caa-pua-neira*, por sua vez, é o nome de uma planta rasteira do sertão. Outro significado da palavra está relacionado a uma espécie de cesto, a gaiola, que era usada para carregar animais domésticos ou mantimentos. (COUTO, 1999). O dicionarista Antônio Joaquim Marcelo Soares, em 1889, definiu a capoeira como:

Pequeno perdiz de vôo rasteiro, de pés curtos, de corpo cheio, listado de vermelho escuro, que habitava todas as matas e tem um canto singular, que é antes um assobio tremulo e continuo do que canto modulado. O assobio pode se tirar das mãos colocadas ao modo de tubo. Tocar capoeira é tirar som igual ao do canto da ave (CARVALHO JÚNIOR, 1998, p. 31).

Segundo Carvalho Júnior (1988), no início do século XIX, uma das práticas mais comuns dos escravos, como forma de alertar sobre a presença de inimigos, era o uso do assobio. Quando os senhores se aproximavam ou notavam algum barulho suspeito, animal, usavam o assobio para alertar os demais que ali estavam.

O dicionarista supracitado ainda afirma que, “pode ser que capoeira-homem venha a ser capoeira do mato. Do negro que fugia dizia-se: foi para capoeira, caiu na capoeira” (SOARES, 1889, *apud* CARVALHO JÚNIOR, 1998, p. 31). Portanto, podemos perceber essa relação forte que os negros capoeiras tinham com as florestas, a vegetação, o “mato”, usando-os como um local onde, de certa forma, podiam praticar seus rituais de luta com mais liberdade. Assim, quando alguém se aproximava, usavam os assobios para alertar a presença de intrusos, e já que esses eram similares aos dos pássaros, ninguém desconfiava que se tratava de um alerta. Carvalho Júnior (1998) informa que as capoeiras também eram rotas de fugas, logo, de forma geral, conferiam-lhes certa segurança e que, no Rio de Janeiro, os escravos que as usavam também recebiam esse nome.

Carvalho Júnior (1998) menciona pesquisas de linguistas como Lewis (1958) e B. Salazar (1962) que estudaram os povos Bantú e seus dialetos, além de suas variações nas Américas. Esses linguistas nos mostram que o termo ‘capoeira’ seria uma palavra-código dos angolanos para acobertar o jogo-dança, que significa, em Bantú, o “lugar onde se criam as galinhas.” A palavra capoeira, em Bantú, seria “*Kapowera*” (Carvalho Júnior 1998 p. 32-33).

Outra designação do termo seria atribuído aos grandes cestos que os escravos conduziam em suas cabeças, denominados capoeiras, desta forma, com medo de serem roubados e não terem como pagar a taxa que era imposta pelo seu dono, teriam desenvolvido uma forma de defender sua mercadoria e sua integridade física (CORREA, 2009).

Assim, seja nome referente aos caminhos na floresta que usavam para fuga, ou clareiras para estarem fora dos olhares dos brancos, ou o cesto que carregavam nas cabeças, as bibliografias trabalhadas apontam sua origem já na adaptação dos povos negros aos costumes, dominação e exploração de suas forças de trabalho, no Brasil. Um ritual, dança, desporto, ginga, luta, jogo, a capoeira se insere no cotidiano dessas pessoas como formas de resistirem fisicamente à violência e simbolicamente às tentativas de aniquilarem suas identidades e culturas. Sobre esses aspectos, segue o próximo tópico.

## **1.2 Marginalização e criminalização da capoeiragem**

A escravidão se estruturou na sociedade brasileira de tal forma, que o status da dominação, da exploração e violência continuou culturalmente, ainda na atualidade, num contexto que discriminação ou injúria racial teve que ser considerada crime para coibir mais violência.

Ainda assim, cotidianamente podemos ver vários casos de preconceito e discriminação, principalmente aos símbolos culturais negros, como religião, música, a identidade expressa nos cabelos, vestimentas e, claro, também na capoeira. Registros históricos apontam, assim, que essa estereotipagem na capoeira ocorreu desde sua origem (CARVALHO JÚNIOR, 1998). Além desses a tecnologia, arquitetura, arte plásticas, musicais, literatura, filosofia, são também alvos de preconceitos

Para tal, aqui analisaremos a construção da imagem negativa da capoeira, a marginalização e criminalização, haja vista que quem praticava a “capoeiragem” era tido como marginal, baderneiro, vadios e até mesmo criminosos. Também será abordada a importância que esses indivíduos tiveram no decorrer da história nacional, principalmente o papel crucial que tiveram os negros capoeiristas (e não capoeiristas) na Guerra do Paraguai.

Com a chegada de Dom João VI ao Brasil em 1809, segundo Carvalho Júnior (1998), em medida de segurança, por medo dos capoeiras e o receio de espiões estrangeiros, Portugal transplantou para o Brasil a estrutura da intendência Geral de Polícia de Portugal teria sido nesse período o aumento da perseguição à prática de capoeira e de outros costumes da cultura negra.

Um dos maiores períodos de perseguição à capoeiragem se deu a partir da vinda da família imperial ao Brasil, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte. Uma nova estrutura policial foi criada, com o intuito de proteger o imperador de possíveis espiões estrangeiros, de escravos revoltosos e outros perigos. Foi criada a guarda real de polícia, que seria dirigida pelo major Miguel Nunes Vidigal, um habilidoso capoeira, mas que instituiu severa perseguição aos que praticavam o jogo. Temido, invadia com sua tropa as rodas de samba e candomblés e sobre os capoeiras aplicava uma terrível surra que chamava de “Ceia dos camarões” (COREIRO; CARVALHO, 2013, p. 72).

O desembargador Paulo Fernandes Viana, um homem muito famoso que desempenhou vários cargos no Brasil, além de notável inteligência, honestidade e



rigidez, por tais motivos, foi nomeado a organizar a secretaria de polícia no modelo de Lisboa. Com isso, criou a Guarda Real de Polícia, e designou essa tarefa para o Major Miguel Nunes Vidigal, considerado o terror dos capoeiras. Carvalho Júnior (1998), nos mostra como era conhecido o Major Miguel Nunes Vidigal:

Era um homem alto, gordo, do calibre de um granadeiro, moleirão de fala abemolada, mas um capoeira habilidoso, de um sangue frio e de uma agilidade a toda prova, respeitado pelos mais temíveis capangas da época. Jogada maravilhosamente o pau (maculelê), a faca e a navalhada, sendo que nos golpes de cabeça e de pés era um todo inexcedível (CARVALHO JÚNIOR, 1998, p. 57).

Um acontecimento bastante pertinente pra notarmos como eram temidos os capoeiras, foi quando Dona Carlota Joaquina de Bourbon, filha do rei Dom Carlos IV e de sua esposa, a rainha Maria Luísa de Parma, esposa de Dom João VI e mãe do Imperador Dom Pedro I do Brasil, foi ameaçada de morte por capoeiras. Carlota Joaquina, a louca, era jurada de morte dos capoeiras por ter furado os olhos de três meninos na corte para ver seu conteúdo, outro acontecimento que podemos perceber o medo de Dona Carlota dos capoeiras foi quando:

Por andar com a carruagem em alta velocidade temendo ataques dos capoeiras quase causou um incidente diplomático quando, se não fosse sua agilidade em desviar dos cavalos, quase atropelou o embaixador americano no Brasil. O embaixador que andava com dois revólveres na cintura, sacou-os para atingir a carruagem e só não o fez porque identificou o veículo real. Exigiu, porém, desculpas formais de Dom João, Príncipe Regente (CARVALHO JÚNIOR, 1998, p. 57).

A tensão entre as autoridades e os perseguidos praticantes da capoeira se mostrou mais forte em 1824, quando a polícia da Corte foi orientada a prendê-los, de modo que “os escravos presos por capoeira seriam imediatamente enviados para o Dique, Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras, onde ficariam no mínimo três meses em trabalhos forçados” (SOARES, 1998, p. 146).

A justificativa para essa aversão da população branca em relação aos capoeiras era por ser uma manifestação de pessoas negras. No Rio de Janeiro, moradores repudiavam atos de negros e negros escravizados, de tal forma que faziam denúncias nos jornais: “jornais da época são repletos de denúncias de

moradores brancos das cidades escandalizados com o espetáculo de nudes de escravos e escravas nas praias mais próximas do centro” (SOARES, 1998, p. 148).

O uso de jornais para fazer denúncias de algo que a sociedade ou alguns indivíduos consideravam inadequado, segundo os modelos de conduta da época (que, por ser uma sociedade escravocrata, dificilmente o modelo seriam pessoas negras livres aglomeradas em algum desporto), era comum, nesse período e, em Goyaz, não era diferente, como veremos à frente.

Mesmo após serem perseguidos pelo Império, os capoeiras tiveram um papel crucial na Guerra do Paraguai. Em janeiro de 1865, a procura para voluntários estava instalada, como Carvalho Júnior (1998) nos mostra em uma notícia de um jornal da Bahia, que dizia: “O recrutamento transforma o Exército em casa de correção ambulante porque se efetua na classe mais desestimada do povo, isso porque os recrutas são sempre vadios e réus”. Como o autor aponta e se verá no terceiro capítulo mais especificamente, o termo “vadio” e suas derivações (vadiagem), eram atribuídos aos capoeiras.

O autor continua dizendo que os jornais da época relatavam os recrutamentos a esses “voluntários”, mas deixando clara a função de “reforma de conduta” que os alistamentos tinham, bem como a que público era dirigido, ou seja, a população negra “vadia e ré”. Podemos notar que era inadmissível para a população branca ver negros sem ser trabalhando, logo, a prática da capoeira era considerada vadiagem e era a esse público que se destinava o chamado do Exército.

Desta forma, o governo da província enviou um bom número de capoeiras para o Paraguai, muitos por espontânea vontade mas a maioria era de “voluntários” coagidos. A Batalha de Itororó foi a primeira vencida pela Aliança, formada por Brasil, Argentina e Uruguai, mas, não aponta a presença de muitas pessoas negras, invisibilidade comum na historiografia e na história das imagens. Em contrapartida, as notícias que chegavam da guerra vinham repletas de elogios e relatos dos desempenhos dos capoeiras nas terras paraguaias (CARVALHO JÚNIOR, 1998).

Ademais, como indica o mesmo autor, a participação na guerra ainda garantiam-lhes a liberdade, ou seja, ao fim, podiam retornar como homens livres. Entretanto, haviam outras incumbências para os capoeiras, como é o caso dos capangas eleitorais, que será trabalhado à frente.

Agora, mostraremos a marginalização dos capoeiras e da capoeiragem com base nas leis de repressão. Esse era o termo presente, no Código Penal, para referir-se às capoeiras. Assim, os autores Oliveira e Leal (2009, p. 60) afirmam:

O final do século XIX e início do XX foi um período que marcou o universo da capoeiragem por ações de repressão policial respaldada pelo Código Penal de 1890, que entendia as capoeiras, a partir de referenciais da criminologia tradicional, como marginais de alta periculosidade, tendenciosos à prática de crimes perversos.

O negro capoeira ainda era usado como capanga eleitoral, que ajudavam alguns políticos poderosos para suas eleições. Como mostra a autora Angos (2003, p. 116): “semelhança entre os capoeiras baianos e cariocas era a participação de ambos nos processos eleitorais como capangas, induzindo à força os eleitores a votar em determinados candidatos”. Corroborando essa autora, Oliveira e Leal (2009, p.110) destacam que a “ação do capoeira como capanga de políticos foi uma prática muito comum ao longo dos séculos XIX e XX por quase todo o Brasil”.

Sobre a utilização dos capoeiras nos processos eleitorais, a autora continua:

A capoeira também tinha participação na política carioca, controlando, por meio da intimidação e da força, a participação dos eleitores e garantindo a fidelidade partidária. Alguns capoeiras eram também capangas de políticos, padrinhos que os livraram da prisão. Depois da libertação dos escravos, em 1888, assinada pela Princesa Isabel, muitos negros, “agradecidos” pelo ato da princesa, defendiam a permanência do Império contra a investida dos republicanos, formando a Guarda Negra (ANJOS, 2003, p. 109).

A Guarda Negra, que se refere a autora anterior, era a favor da Monarquia e atacava republicanos, os quais chegaram a criar o “Partido Capoeira e, antes de serem definitivamente perseguidos, dividiram a cidade em territórios de duas grandes malhas: Nagoas e Guaiamuns” (IPHAN, 2007). As malhas Nagoas e Guaiamuns representavam os dois partidos políticos da época, respectivamente, liberais e conservadores.

No século XIX, a capoeira era praticada principalmente por negros, e alcançou diversas classes sociais na época colonial, como brancos, ricos, pobres,

autoridades, e diversos outros grupos sociais e étnicos. Contudo, era uma prática predominantemente dos grupos afros (IPHAN, 2007).

Sobre a adesão de indivíduos brancos às rodas de capoeira, destaca-se que:

Na maioria das vezes, o capoeira era sinônimo de malandro, capadocio. Entretanto, muitos praticantes dessa “luta” eram membros do exército, da marinha e da polícia, tendo, muitas vezes, a proteção de seus superiores. Nessa época, a capoeira não era praticada somente por negros, mas já tinha penetração entre os brancos, tanto os pobres quanto aqueles abastados como, por exemplo, o Barão do Rio Branco e Floriano Peixoto que, quando jovens, também experimentaram a arte da capoeiragem (ANJOS, 2003, p. 110).

Soares (1998) afirma que, em 1841, o chefe de polícia da Corte, Eusébio de Queiroz Coutinho Matoso Câmara, fazia alertas aos seus subordinados que os capoeiras, mesmo depois da repressão dos anos 1830, além de estarem de volta, seria pior, pois estaria em uma nova modalidade, colocando em risco a cadeia hierárquica das forças armadas. Assim,

Em ofício ao inspetor do Arsenal de Guerra alertava que os capoeiras estavam tecendo liames de camaradagem com parças e soldados do Corpo de Artífices, uma das unidades mais importantes do exército, e que justamente quando esta unidade vinha para as ruas que estas lealdades mútuas apareciam com maior transparência (SOARES, 1998, pp. 177-178).

As autoridades, com o passar dos anos, vendo a força que os capoeiras estavam ganhando junto com suas alianças e suas infiltrações em vários setores, como a própria polícia, marinha entre outras áreas militares, criaram um decreto que proibia a prática da capoeira, considerada crime, sujeito às penas. Em relação à capoeira, no século XIX, no decreto número 847, de 11 de outubro de 1890, Capítulo XII – *Dos Vadios e capoeiras* consta que:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal, Pena - de prisão celular por dois a seis meses. Parágrafo único: É considerado circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dobro. Art. 403.

No caso de reincidência será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400. Parágrafo único: se for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena. Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ou cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes (REGO, 1968, p. 292).

Nota-se, na passagem acima, que para a lei, a prática da capoeira chamada de capoeiragem é criminalizada e sujeita a prisão, o que foi uma forma de reprimir o poder desses praticantes e acabar com qualquer forma de resistência.

Contudo, a capoeira deixou de ser crime a partir de 1934, e só saiu da marginalidade no governo de Getúlio Vargas. O governador da Bahia solicitou uma apresentação da arte ao Mestre Bimba que concordou. Conta-se, de tradição oral, mais do que certamente, que o presidente teria dito que capoeira era verdadeiramente nacional (SOUSA, 2011).

Portanto,

É interessante observarmos o fato de que, a prática da capoeira sai das ruas e passa a ocupar locais socialmente destinados para aquela técnica corporal. Talvez a busca por construir uma nova compreensão em torno da capoeira e de seus praticantes, fomentado pelo discurso populista de Getúlio Vargas em seu projeto de modernização cultural, tenha favorecido essa mudança territorial da prática da capoeira, que se afastou cada vez mais das ruas, dos vícios e das confusões, para afirmá-la enquanto "esporte nacional" (DIAS, 2012, p. 36).

A seguir, na FIGURA 2, a imagem de Mestre Bimba se encontrando com o presidente Getúlio Vargas, celebrando a retirada da capoeira do Código Penal Brasileiro:

**FIGURA 2: Viva Mestre Bimba! Viva a capoeira!**



FONTE: Hora do Povo, 2018

Assim, o estudo da temática é importante porque valoriza uma cultura genuína da comunidade afro-brasileira, mostrando a luta que tiveram que enfrentar e a repressão sofrida. Ademais, a capoeira se tornou Patrimônio Cultural do Brasil, pelo IPHAN em 2007, e a roda de capoeira se tornou Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, em 2014 pela UNESCO.

Nesse sentido, Medeiros ressalta que:

A capoeira foi alvo de marginalização quando negros escravos passaram a praticá-la com o objetivo treinarem seus corpos para a luta contra a opressão dos brancos. A partir disso ela foi sinônimo de resistência contra a opressão e a luta de um povo que lutava por um mundo mais justo, por liberdade, pela formação de cidadãos participativos na sociedade em que vive. Atraiu pessoas pertencentes às classes sociais menos favorecidas que viviam em ambientes pobres devido a sua pouca condição social, econômica e política, porque possibilitava ao praticante extravasar angústias, sofrimentos e emoções em virtude de seu caráter político e libertador (MEDEIROS, 2016, p. 24).

Podemos perceber como a história da capoeira e de seus praticantes é desvalorizada em detrimento da história dos brancos e de suas manifestações. Logo, tendo abordado a capoeiragem no contexto nacional, no próximo tópico será ressaltada na região. Com isso, nos questionamos: qual a importância em conhecer essas pessoas praticantes de capoeira da capitania de *Goyaz*?

### 1.3 História da capoeira no estado de Goiás e da cidade de Goiás

Anteriormente fundamentamos que o papel social do sujeito negro, no Brasil colônia acabou por estruturar os valores de todas as suas manifestações, identidades, representações. Logo, a capoeira também recebe esses estereótipos e seus praticantes, mesmo após a abolição, continuaram sendo vistos como risco à segurança pública. Assim, neste tópico contextualizaremos e compararemos a capoeiragem goiana às demais.

A capoeira em Goiás é aqui trabalhada segundo trabalhos de Tucunduva (2015), Silva (2014), Gomes (2009) entre outros pesquisadores. Sendo estes, a capoeira como se tem atualmente, enquanto esporte, começou em Goiânia-GO, em meados da década de 1960, representada por duas modalidades que se destacavam à época, a “Capoeira Regional” e a “Capoeira Angola”, com as academias de Mestre Sabú (Manoel Pio Sales), e de Mestre Osvaldo, respectivamente.

Segundo a autora Tucunduva (2015), foi Mestre Sabú, em Goiânia na década de 1960, que iniciou luta livre, e em 1961, a capoeira. Como a capoeira era pouco conhecida, os seus vizinhos estranharam os sons e movimentos, chegando a confundir com “terreiro de macumba” (termo de entonação pejorativa, referente às religiões de matriz africana), já que ambos utilizam instrumentos similares por terem a mesma origem histórico cultural. Tucunduva (2015) entrevistou o Mestre Sabú e contou sobre sua trajetória:

Em 1959 na maior idade eu vim pra Goiânia. Mas, naquela época a capoeira era considerada macumba esse tipo de coisa não tinha aceitação. Achavam que era terreiro de macumba e foi muito difícil pra dar aula de capoeira. (Entrevista em 30/06/2008).

E tem pessoas que falam assim: “mestre, mas, o senhor no passado, quando o senhor veio e implantou a capoeira aqui no Estado, o senhor era para estar rico”. Aí eu pergunto pra você, o seguinte, você tem um produto que ele é bom, já foi feito pesquisa, é nossa cultura, nossa raiz, é bom pra mente, para o corpo, é nossa cultura, mas, na época que eu desmatei tudo isso aqui, ninguém queria capoeira, nem de graça. Aí eu pergunto a você, se a pessoa não quer um produto de graça, como é que você vai vender esse produto? Fala pra mim... (Entrevista em 22/03/2014) (TUCUNDUVA, 2015, p. 65).

Outro difusor da capoeira, em Goiás, foi o saudoso Mestre Bimba:

Manuel dos Reis Machado, Mestre Bimba, nasceu em 23 de novembro de 1899, na cidade de Salvador, e aos doze anos de idade foi iniciado na capoeira pelo africano Bentinho: “Mas Bentinho era um Mestre da capoeira antiga, disso que depois passou a chamar-se ‘capoeira angola’ (SILVA, 2014, p.36).

Após uma primeira visita à Goiânia, em 1970, Mestre Bimba fez os exames dos alunos de Oswaldo de Souza e foi recebido pelo prefeito da cidade e pelo governador do estado, com vários convites para ensinar sua capoeira. Já a segunda vez, em 1971, veio para apresentações pontuais e, em 1973, deixou, de vez, seu estado de nascimento para se mudar para Goiânia (SILVA, 2014). Assim, Mestre Bimba comenta a vinda à Goiânia:

O que me traz aqui ao Estado de Goiás, motivo este de suspender conforme já está divulgado pelo professor que é aluno meu chamado Oswaldo Souza, de maneira que não deixei minha terra por ser uma terra ruim, sim vim, por motivo de finança, quer dizer que aqui em Goiânia eu achei mais apoio do que na minha própria terra, vim ao Estado, motivo que pretendo conseguir essa escola da Capoeira Regional junto ao professor Oswaldo e também todo folclore que existe na Bahia eu tenho vontade de botar aqui em Goiânia (grifo nosso) (sic) (CAMPOS, 2009, p. 122).

Desta forma, “depois de apenas um ano em nossa cidade o criador da Luta Regional baiana faleceu, 1974, em meio as dificuldades financeiras e falta de assistência, assim como os baianos Waldemar, Pastinha e tantos outros Mestres” (SILVA, 2014, p. 35).

Por sua vez, Campos (2009) mostra como Bimba estava triste em deixar a Bahia, em busca de uma vida melhor em Goiânia:

Ouvimos comentários de que o Rei da Capoeira deixou as lágrimas rolarem lentamente em sua face, justificando o que sempre falava: dizia não estar deixando a Bahia por ser uma terra ruim, mas por que precisava sobreviver, pois sua decisão de ir embora era prioritariamente por finanças. Disse mais ainda, “se não gozar nada de Goiás, vou gozar no cemitério” (CAMPOS, 2009, p. 130).

A morte de mestre Bimba foi uma grande perda para toda a comunidade ligada capoeira. Na ocasião, o estado da Bahia pediu o retorno do corpo e no ano de



1978 os restos mortais de Mestre Bimba retornaram à sua terra natal. Mais tarde, “vinte dois anos após sua morte, no dia 12 de junho de 1996, Manoel dos Reis Machado, o famoso Mestre Bimba, recebeu da Universidade Federal da Bahia o título de Doutor *Honoris Causa*” (SILVA, 2014, p. 36).

Ao contrário da espontaneidade com que a capoeira surgiu nos estados do Rio de Janeiro e Bahia, em Goiás, no século XX, ela foi planejada, premeditada para um lugar que estava aberto às novas manifestações culturais, e que eram promissoras as possibilidades de trabalho, contexto esse eu trouxe o Mestre Bimba da Bahia, como visto.

Entretanto, no caso específico da cidade de Goiás, que também é colonial, ou seja, surgiu e se desenvolveu no Brasil Colônia, sua história social também é marcada pela escravidão, pelas divisões étnico raciais que caracterizaram a capoeira, anteriormente.

Para entender esse recorte, Ferreira (2016) mostra um pouco de sua visão da Cidade de Goiás descrevendo que:

A cidade de Goiás localiza-se entre a Serra Dourada e o Morro Santa Galo, um cenário composto por casarões de pedra, cal e, algumas ruas de calçamentos de pedras e pontes que foram lançadas sobre o “Rio Vermelho” que corta a cidade. O clima que nos faz transpor o tempo, também é acompanhado pelas memórias, lembranças que fazem saltar das conversas cotidianas o imaginário dos moradores nos finais de tarde às portas de suas casas. “Eis que surgem os valentões da cidade de Goiás” (FERREIRA, 2016, p. 37).

A cidade de Goiás está localizada no noroeste goiano, há 14km de Goiânia, capital, com suas divisas limitadas pelos municípios Faina, Mossâmedes, Itaberaí, Itapirapuã, Matrinchã, Heitoráí, Itapuranga, Buriti de Goiás, Novo Brasil e Guaraíta. Atualmente conta com população estimada de 22.645 pessoas, com área territorial de 3.108,019 km<sup>2</sup>. (IBGE, 2019).

No contexto da colonização, a Coroa Portuguesa orientava “bandeiras” que eram expedições voltadas para determinadas atividades, voltadas à captura de mão de obra indígena ou de exploração de riquezas naturais. Foi assim que uma bandeira paulista chega em terras goianas no século XVIII e, tendo descoberto ouro no Rio Vermelho, fundaram o Arraial de Santana (1729), deste, a Vila Boa de Goyaz (1736) e, com a independência da Capitania de Goiás (1748), se tornou a capital do

estado até a transferência desta para Goiânia, na década de 1930. Desde então, a cidade de Goiás, que ainda preserva suas riquezas arquitetônicas coloniais, dentre outras naturais e culturais, lutava para ser reconhecida como Patrimônio Histórico e Cultural Mundial, o que aconteceu em 2001, com título concedido pela UNESCO (IBGE, 2019).

Retomando ao século XIX, quando encontramos vestígios da repressão à capoeira em Goiás, segundo Correia (2009), o Código de Postura de Vila Boa de Goiás de 1835 prevê sentenças às práticas culturais dos negros, mesmo não havendo menções do termo Capoeira. Outros termos que encontramos no código de postura fazem referências aos “ajuntamentos” e “jogar”, “estarem jogando”, ou seja, a capoeira.

Desta forma, “na Cidade de Goiás a capoeira iniciava-se pouco depois de Goiânia, por volta da década de 1980, com um grupo de jovens que autodidaticamente pretendiam aprender esta arte (CORREIRA, 2009, p. 21).

O autor continua dizendo que em relação às fontes sobre o tema, dos séculos XVIII e XIX em que havia a presença de escravos, pioneiros na capoeira, nada foi encontrado, exceto algumas menções presentes nos Códigos de Urbanização e Posturas que apresentam referências ao que pode ser a capoeira. Tal código tinha por finalidade reprimir as manifestações dos negros e negros escravizados.

Na cidade de Goiás, especificamente, temos poucas fontes que mostram esse processo de ascensão da capoeira. Ferreira (2016) traz um esboço oral que permitiu identificar a representação da capoeira no território da cidade de Goiás, em 1945, no qual o Mestre Puinho (Manoel Ferreira Rafael, 2006) se lembra que:

Época dos coronéis e dos camaradas era época dos valentões... Foi em 1945. Foi a época que eu assisti Goiás, foi essa época dos valentões que tinha aqui, era Domingão, era o Tarzan, esses são os dois mais perigosos que tinha aqui em Goiás. Soldado não prendia eles fácil, por que eles eram muito espertos e valentes, eles brigavam com soldado, dava pelada em soldado, dava cabeçada. Soldado ia levando-os, corria, deixava soldado na mão e ia embora. Subia a carioca aí e ia embora para a roça. Era desse jeito que foi acontecido (FERREIRA, 2016, p. 39).

Ferreira (2016) destaca, a partir dos depoimentos de José Estevão e Manoel Ferreira Rafael ou Mestre Puinho, a presença da capoeira na cidade de Goiás, ter ocorrido bem antes da construção da cidade de Goiânia, GO. Já o Sr. José Estevão (2006) aponta que:

Aqui o povo antigamente falava que o Tarzan era valentão, eu entendo que ele era capoeira na cidade, também falam os mais antigos que nós, que já existia capoeira aqui, bem antes de nós, num é Puinho? Falam que eles faziam suas demonstrações lá no mercado! Mas isso é de bem antes da gente, agente não conhecia os que gostava da coisa, por que isso era perseguido, era marginalizado, coisa de preto, eu tive um filho que era valete na capoeira, Hernandes, hoje tem Chuluca que é mestre, a primeira vez que vi o berimbau, foi na parede da minha casa lá na Rua Cambauba, do meu filho Hernandes (FERREIRA, 2016, p. 40).

Ferreira (2016) mostra que os “valentões”, no relato do Mestre Puinho (Manoel Ferreira Rafael, 2006) são retratados pela oralidade como pessoas perigosas, que, mesmo com a repressão das autoridades, não eram silenciadas:

Os valentões eram gente perigosa. Brigava com a polícia, brigava tudo e polícia não dava conta de prender eles, por que a polícia não era preparada. Era muito lerda tudo, não era preparado e não tinha carro para levar preso não, levava era a pé. Então o que acontecia, um soldado do lado, o outro do outro e o preso no meio. E o preso fazia com os dois assim, e ó! Corria e não dava conta de pegar, ia embora e ai eles brigava, passava o pé no soldado, derrubava, dava cabeça no soldado, derrubava. A briga deles era essa ai, não tinha negócio de tiro, nem nada não, era de mão mesmo, que eu lembro disso. É isso que eu lembro. A época dos coronéis e dos camaradas foi a época dos valentão na cidade de Goiás” (FERREIRA, 2016, p. 41-42).

Puinho (Manoel Ferreira Rafael, 2006) ainda nos mostra a audácia de “Domingão” e “Tarzan”, que, com numa força descomunal e muitas vezes sobrenatural, fugiram da cadeia com facilidade:

O Domingão passava o pé nos soldado tudo, fugia e ia embora para a roça e o outro brigava, ficava na cidade, depois fugia e ia embora para roça também. Soldado não prendia eles fácil não, era difícil, agora teve um que ficou preso aqui ó! (Casa de câmara e cadeia) o Tarzan. Esse ficou preso aqui na cadeia, saia hora que queria, saia no meio dos soldados e ia embora, e chegava a taca nos soldados. E ele furou isso aqui, saiu! (Parede da Casa de Câmara e Cadeia). Saia pela porta, prendeu ele na enchovinha aqui. Ele parecia que tinha uma parte com ele, sabe? A parte com aquele bichinho, né? Eu não gosto nem de falar o nome daquele trem. Eu conheci eles nessa época também, eu tinha uns quatorze anos. Assim, eu conheci esse povo, aqui nessa cidade e o povo tinha muito medo desse povo, eles

eram valentes, né? As mulheres fechavam a porta, quando falavam, em vem o Tarzan. Eles fechavam a porta (FERREIRA, 2016, p. 42).

Esses depoimentos e memórias são algumas das nossas pistas da história da capoeira na cidade de Goiás, os quais permeiam o ano de 1945, mostrando como eram esses “valentões” dessa época, discursos importantes dado a ausência de fontes documentais, “pois os poucos estudos já realizados não demonstram como realmente se deu o processo de inserção da capoeira nesta cidade” (FERREIRA, 2016, p. 39).

Portanto, podemos perceber que as possíveis origens da capoeira em Goiás, são incertas, sem documentações, sejam elas de difícil acesso ou já inexistentes, cabendo-nos teorizar, deduzir e levantar o máximo possível de informações que nos leve a teses mais precisas da capoeira em Goiás. Nesse sentido, no próximo capítulo trataremos de uma das possibilidades de fonte histórica da capoeira, que são os jornais e das formas de analisa-los, dentro dos conceitos de memória e identidade.

## **CAPITULO II - A MEMÓRIA NOS JORNAIS DE GOYAZ**

No capítulo anterior trabalhamos as origens históricas da capoeira, no Brasil, mais enfaticamente nos estados do Rio de Janeiro e Bahia, onde deportavam os maiores contingentes de negros a serem escravizados, os quais são os precursores da capoeira, e de onde há mais registros sobre essa prática. Vimos ainda que os estereótipos e marginalização acometidos ao povo negro também ocorriam com a capoeira, que logo passou a ser perseguida e criminalizada.

Em Goiás, entretanto, há poucos registros da capoeiragem nessa primeira fase, nos séculos XVIII e XIX, contendo mais documentos e relatos orais sobre a chegada desta em meados do século XX, com o Mestre Bimba, da Bahia. Tendo, justamente, observado esse silenciamento, que nós voltamos para outra possibilidade de fonte: os jornais do final do século XIX e começo do XX.

Para tanto, nesse capítulo trabalharemos nossa orientação teórico metodológica, ou seja, os jornais como fonte histórica e suas possibilidades na revelação das memórias e identidades dos indivíduos, categorias trabalhadas no último tópico.

### **2.1 Contextualizando os Jornais de Goyaz**

Como vimos, a ausência de informações sobre a capoeira na cidade de Goiás, que é de origem colonial e escravocrata, sendo que outras como Rio de Janeiro e Salvador, de origem similar, possuem esses registros, nos fizeram adentrar em outras fontes, como os jornais da virada do século. Assim, aqui trabalharemos o processo de inserção dos jornais enquanto fontes históricas e todas as características de sua forma de análise.

Os jornais, por muito tempo, foram o principal veículo de comunicação utilizado pela massa, ou seja, por todos aqueles que tinham acesso e sabiam ler. Os jornais como fonte histórica, segundo Silva (2005), têm sido bastante usados nas pesquisas recentes, porém, existe uma carência de reflexões teóricas mais detalhadas sobre a sua utilização.

Para Vieira (2010), com a disciplina de História, no ensino e na investigação sobre os mais diversos temas e problemáticas, a utilização de materiais da

imprensa, atualmente, está cada vez mais generalizada, ao contrário da época em que a imprensa era uma fonte descredibilizada.

Dias (2010) diz que existem duas possibilidades, de trabalhar de forma metodológica, a análise do jornal como fonte histórica. A fonte para evitar as análises anacrônicas, tomando cuidado e visando analisar as entrelinhas. Em segundo, deve-se entender o funcionamento do imaginário, do coletivo e conseqüentemente, a necessidade de articulação com outras referências, tais como: a sociologia, a antropologia cultural, a psicanálise, e assim podemos certificar os códigos, os comportamentos das populações e suas possibilidades de manipulação de opinião pública pela mídia.

Sobre o ofício do historiador, Barbosa (1998), p. 87 esclarece eu:

O que aproxima o ofício do jornalismo ao trabalho do historiador é o olhar com que deve focar os fatos. Não se procura a *verdade* dos fatos, mas tão somente interpretar, para, a partir de uma interpretação – onde não se nega a subjetividade de quem a realiza – tentar registrar um instante, no caso do jornalismo, ou recuperar o instante, no caso do historiador (BARBOSA, 1998, p. 87).

Pensando nisso, faremos uma contextualização de alguns jornais de Goyaz, para que possamos compreender como funcionava sua produção e análise na época, bem como suas vertentes políticas, para uma melhor verificação dos jornais que serão problematizados no próximo capítulo. A seguir, alguns jornais que existiram em Goyaz século XIX e XX.

O Matutina Meyapontense engloba os anos de 1830 a 1834. Foi editado pela primeira vez no dia 5 de março de 1830, no julgado de Meia Ponte (atual Pirenópolis). Segundo Borges e Lima (2008, p. 70):

Sua história reflete a luta dos jornais brasileiros contra a dominação portuguesa, uma vez que o jornalismo nacional nasceu no ardor e clima dos movimentos políticos, diferentemente da Europa, que teve o desenvolvimento do jornalismo alicerçado principalmente nas necessidades mercadológicas do capitalismo comercial e industrial.

Geralmente, os nomes desses jornais eram relacionados com os anseios do grupo ao qual se ligavam ou seu objetivo de luta:

O Enfermeiro dos Doidos, Cartas Minhoca-Verdadeiro Filho da Terra, O Grito da Pátria Contra os Anarquistas, O Carpinteiro José, O Pai José, Teatrinho do Senhor Severo, O Homem de Cor, O Mulato, O Brasileiro Pardo, O Cabrito, O Crioulinho, O Meia-Cara, O Burro Magro, A Loja do Belchior, A Mineira no Rio de Janeiro, O Par de Tetas, A Trombeta dos Farroupilhas, A Sentinela da Liberdade, O Soldado Aflito, O Grito dos Oprimidos, Matutina Meyapontense, entre outros (BORGES; LIMA, 2008, p. 70-71).

Nem todos os periódicos, como podemos observar, estavam relacionados com questões políticas, mas todos buscavam enfatizar suas causas e lutas, tonando a imprensa uma forma expressão, embora muitos tinham seu cunho humorístico ou literário.

Borges e Lima (2008) nos mostra que em “1829, o presidente da Província de Goiás, Marechal Miguel Lino de Moraes, encaminhou um ofício ao Império solicitando a instalação de uma tipografia em Vila Boa, então capital do Estado”. O pedido do Marechal Miguel Lino de Moraes foi negado pelo Império, alegando que Goiás não “precisava” de uma tipografia. Neste período histórico, os autores ressaltam:

Goiás encontrava-se numa delicada situação econômica, política e social, tendo em vista o esgotamento das jazidas de ouro, o isolamento geográfico e a inexpressividade econômica e política, constituindo-se, aos olhos do imperador, num peso ao orçamento do Império (BORGES; LIMA, 2008, p. 71).

Com fim do Matutina Meyapontense, foi criado o Correio Oficial de Goiás no ano de 1890, por “Lei Provincial que, além de instituir o jornal como veículo de comunicação oficial do Estado, estabeleceu orçamento para que o mesmo pudesse se manter”. O Correio circulou durante quinze anos (1837-1852) (BORGES; LIMA, 2008, p. 74).

Os autores ainda ressaltam que o novo jornal continuou

publicando conteúdos de caráter oficial, tais como peças oficiais do governo, trabalhos da assembleia provincial e resoluções das Câmaras Municipais. O jornal deixou de circular definitivamente em 1890, por um ato baixado pelo governador da província, major Rodolfo Gustavo da Paixão. Como justificativa, ele prometeu a compra de um novo prelo, o que nunca foi concretizado (idem, 1980) (BORGES & Lima, 2008, p. 74).

Transcorridos os quinze anos, como o fim do Correio Oficial de Goiás, os atos oficiais passaram a ser publicados no jornal Goiás, ligado ao grupo dos Bulhões, família que estava ligada diretamente nas políticas, sendo dirigido por Antônio Félix de Bulhões Jardim. No final do século XIX, os autores apontam que:

...a cidade de Vila Boa era palco de efervescência cultural, política e intelectual, além de concentrar todas as decisões administrativas. Mais de trinta jornais circulavam na cidade, mantendo, em sua maioria, a linha dos periódicos nacionais deste período: ideários republicanos e liberais e duras críticas ao governo (BORGES; LIMA, 2008, p. 74).

De acordo com Borges e Lima (2008), com a proclamação da República, Goiás já era uma província desenvolvida em relação ao que era antes, e sua capital não era mas o único centro cultural e econômico, de modo que várias outras cidades, como Porto Nacional, Mataúna (Palmeiras), Rio Verde, Catalão, Suçuapara (Bela Vista), Corumbaíba, Itaberaí, Luziânia, Silvânia, Pirenópolis, Anápolis, Jataí, entre outras, também tinham seus jornais e já participavam, abertamente, do debate político.

Os autores nos mostram que “os embates políticos ocorriam por meio dos jornais, que não se limitavam aos debates gerais, partindo para questões pessoais e “ferindo a honra” dos digladiadores”. Isso demonstra que havia uma certa guerra ideológica, travada pelos jornalistas, onde não mediam esforços para desmoralizar seu adversário ou opositor político (BORGES; LIMA, 2008, p. 74).

Assim,

em meados de 1940, o Estado de Goiás já estava saindo do ostracismo político e econômico e um processo histórico importante desencadeava-se a partir da ruptura de um grupo hegemônico, oriundo dos Bulhões e de que derivariam duas grandes oligarquias: os Caiado e os Ludovico (BORGES; LIMA, 2008, p. 77).

Para os mesmos autores, Antônio Ramos Caiado comandava o jornal O Democrata, enquanto Pedro Ludovico liderava o jornal A Voz do Povo. Com essas disputas dos Caiados com os Ludovico, dividia-se política e os jornais, de modo que essas disputas oligárquicas culminaram na transferência da capital para Goiânia. Por conseguinte,



[...] “transferência da capital foi um dos grandes ícones da Marcha para o Oeste, movimento de Getúlio Vargas que visava combater a política café-com leite (São Paulo e Minas Gerais), criando novos nichos de apoio político através do desenvolvimento do interior do Brasil. No início do ano de 1936, o Correio Oficial foi transferido para Goiânia, circulando pela primeira vez em 8 de abril, com homenagens a Pedro Ludovico Teixeira e saudações à nova capital, embora esta ainda nem existisse oficialmente, uma vez que isso só se concretizou em março de 1937 (BORGES & Lima, 2008, p. 78).

O período que vai de 1936 a 1945 foi marcado pela transferência da capital para Goiânia e uma mudança no jornalismo goiano, trocando a tendência política e opinativa para jornalismo empresarial. Foi neste novo cenário que surgiu, em abril de 1938, o jornal *O Popular*, de Joaquim Câmara Filho e irmãos. Borges e Lima (2008) relatam que, com as censuras, a maioria dos jornais tiveram uma vida curta:

Dados históricos registram que, em 1939, cerca de 40 periódicos impressos circulavam em Goiás, sendo 6 jornais e 2 revistas em Goiânia, 5 jornais em Anápolis e 27 jornais em outras cidades do interior do Estado. Entretanto, a maioria desses jornais teve uma vida curta, tendo em vista que diversos fatores, que carecem de um estudo mais aprofundado, impediram o desenvolvimento democrático da imprensa em Goiás. Um desses fatores pode ser explicado pela análise dos mecanismos de controle e censura empregados em grande escala de 1936 até a abertura política do País no início da década de 1980 (BORGES; LIMA, 2008, pp. 78-79).

Buscaremos, então, analisar jornais que circularam em Goyaz com o objetivo de compreender a marginalização da capoeira e dos indivíduos que a praticavam, trabalhando, de forma contextualizada, com uma visão crítica, atentando ao contexto histórico de cada jornal estudado. Esta pesquisa vem mostrar a capoeiragem no final do século XIX e início do XX

Esse questionamento feito no jornal pode ser uma fonte aponta a existência da capoeira nesse período estudado, com isso, o nosso trabalho vai se aprofundar para trazer aos leitores que, assim como no Rio de Janeiro e em Salvador, Goiás também teve movimentos de capoeiras,

## **2.2 Conceitos de Identidade e Memória**

Nossa fundamentação teórica está inserida no campo da Nova História, com seus novos sujeitos, abordagens e temas, integrando a história cultural, social e étnica, assim, trabalharemos com dois conceitos-chave: identidade, a partir das discussões de Leal (2009), Medeiros (2016) e memória, a partir, principalmente, de Halbwachs (1990).

Nortearmos este trabalho no campo teórico da Nova História e de suas respectivas abordagens. A revolução da historiografia nasce com o movimento, ou também chamada, Revista dos Annales, fundada em 1929 tendo como mentores principais Bloch e Febvre:

A Nova História teria características contrárias à história considerada “tradicional”, trazendo novas temáticas e ampliando seu campo de pesquisa. Sendo assim, com essa abertura, seria possível outros enfoques ao estudo das atividades humanas. A Nova História é aquela que se posicionaria contra o “paradigma” tradicional, e interessava, principalmente, em possuir uma ideia de história total. Assim, ela se caracterizava:

(1) pela diminuição da concentração na política e nas instituições como objetos de estudo e uma preferência por temáticas econômicas, sociais *stricto sensu* (hierarquia e estratificação, movimentos sociais, mobilidade social) e demográficas; (2) por uma visão antissubjetivista e anti-individualista da sociedade, aceitando como base teórica que ela existe objetivamente, tal como a causalidade social; as explicações não se baseavam, como na história “tradicional”, no sujeito, segundo a visão burguesa da sociedade como soma de indivíduos, e já não se insistia nas intenções subjetivas como explicação; a subjetividade, mais do que explicativa, deve ser explicada e reflete um contexto social; (3) o sujeito é social, coletivo, e a causalidade transcende as vontades individuais, que podem não perceber as verdadeiras causas; (4) a esfera social e econômica forma uma estrutura objetiva, autônoma, cujo funcionamento produz significados intrínsecos: a esfera do mental e do cultural consiste em e apresentações do ser social (CARDOSO; VAINFAS, 2012, p. 15).

Dentro do contexto da Nova História, de uma história total, que se atende a todos os sujeitos, suas experiências e formas de vida, observou-se a historiografia tradicional havia ignorado diversos grupos, em consequência de suas marginalizações sociais, como é o caso das mulheres, crianças, idosos, negros,

indígenas, homossexuais, entre outros. Logo, para, então, se tornarem objetos de estudo, os pesquisadores também tiveram que mudar as perspectivas de fonte histórica (antes apenas documental) e método de análise (antes apenas empírico). É pautado nessa quase “revisão historiográfica”, que o presente trabalho busca analisar o que há por trás das linguagens e expressões em jornais locais, que indiquem a visão daquela sociedade sobre a população negra, no enfoque dos capoeiristas.

Tal busca é ainda resultado das motivações (reivindicações da sociedade negra organizada no Brasil: frente negra brasileira (1931); teatro experimental do negro - tem (1944); movimento negro unificado (1978) que ocasionaram a lei 10.639/2003 atualizada pela 11.645/2008 e estatuto da igualdade racial (12.288/2010) a proposta de cotas raciais 12.711/2012 (ensino superior) 12.990/2014 (concurso público), ou seja, após séculos de invisibilidade legislativa, política, social, em geral, o governo brasileiro assumiu algumas responsabilidades históricas com a população negra. Dentre elas, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica e à garantia de vagas nas universidades brasileiras para os afros-descendentes. Estas propostas podem ser consideradas recentes, se analisarmos as trajetórias das tradições culturais negras que, há décadas, têm desenvolvido atividades de ação afirmativa no Brasil (OLIVEIRA; LEAL, 2009).

Logo, observamos que identidade do capoeira está relacionado com a experiência sociocultural de africanos escravizados e seus descendentes, no Brasil, fazendo parte da identidade cultural brasileira, tal como o carnaval, samba e o futebol (OLIVEIRA; LEAL, 2009). Com isso, veio a grande necessidade de estudar essa trajetória, que varia de usos e abusos, que favoreceram ou prejudicaram esses praticantes que foram discriminados e criminalizados.

Como o próprio IPHAN aponta, com o *Inventário para Registro e Salvaguardada Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil*, entre 2006 e 2007, a intenção era construir um diálogo entre o tempo histórico passado e o tempo presente sobre essa prática cultural (IPHAN, 2007). Reconheceu-se o valor sociocultural que a capoeira tem, mostrando os aspectos de sua história e identidade.

A capoeira, em si, não tem identidade, pois na concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior”, entre o mundo pessoal e o mundo

público (HALL, 2005). Mas os capoeiristas possuem identidade já que são sujeitos sociais e culturais. E a capoeira, que nasceu dessa luta por liberdade dos povos africanos no Brasil, se tornou mais uma forma de resistência desses, como seus rituais religiosos, tradições e existência cultural. Medeiros (2016) caracteriza a capoeira da seguinte forma:

Portanto, a capoeira é um elemento da cultura nacional que permanece em constante mutação, pois hora é esporte, luta, jogo, cultura popular, contudo é um elemento determinante daquilo que constitui a identidade nacional, mesmo que tenha sido marginalizada e lute contra o preconceito, ela permanece viva, presente em todos os lugares e reconhecida como identidade brasileira (MEDEROS, 2016, p. 28).

O conceito de memória vem sendo discutido por vários historiadores como Mauricio Halbwachs, Jacques Le Goff e outros. “Em uma palavra, muito se fala e se pratica a ‘memória histórica (...), mas pouquíssimo se reflete sobre ela” (BRITO, 2009, p. 38).

Segundo Halbwachs (1990) há uma relação mútua entre a memória individual, ou seja, como os indivíduos leem o mundo que os cerca e o interioriza, e a memória coletiva, que é a abstração compartilhada desse mundo. Isso ocorre porque, mesmo dotados de valores e experiências de vida individuais, todos somos seres sociais, ou seja, nossas culturas e tradições são produzidas e assimiladas coletivamente. Assim, o autor ressalta que:

A memória de uma sociedade estende-se até onde ela pode, quer dizer até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta. Não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos e de antigas figuras. É por que os grupos que delas guardavam a lembrança desapareceram. Se a duração da vida humana for duplicada ou triplicada, o campo da memória coletiva, medido em unidades de tempo, será bem mais extenso. Não é evidente, aliás, que essa memória ampliada teria um conteúdo mais rico, se a sociedade ligada por tantas tradições evoluísse com mais dificuldade (HALBWACHS, 1990, p. 84).

De acordo com os conceitos de identidade e memória, na análise dos sujeitos históricos objeto de estudo desse trabalho, podemos compreender que o contexto a que foram antepostos, de violência e submissão, os forçaram a resistir e tentar

manter o pouco que ainda lembravam de sua cultura antes das condições de escravidão. Logo, a identidade do povo negro é, sobretudo, de resistência; todos os costumes, toda cultura material e imaterial que tem hoje oriundo desses grupos, só continuou pelos esforços contínuos dos mesmos em existir além da condição de objetificação da mão-de-obra escrava.

E resguardar esses valores e costumes se faz pela memória, que como visto, reúne os saberes individuais e coletivos. A importância da coletividade no caso dos povos negros do Brasil se deve ao fato da violência cultural que sofreram, de terem sido tirados de seu continente, de sua forma de vida e trazidos para outro totalmente diferente, ainda sob condição de escravidão; ou seja, tiraram-lhes cada aspecto de sua sociedade, do que compreendiam sobre si e foi a memória coletiva, partilhada nos diálogos, nas tradições, no Brasil, que os ajudaram a resgatar suas identidades (individuais e coletivas, já que eram de diversos grupos étnicos) e manterem suas memórias (individuais e coletivas), em tradições ainda hoje existentes, como a capoeira.

Nesse sentido, o próximo capítulo trará algumas análises de trechos dos jornais de Goiás na virada do século, que possam se referenciar à capoeira e a seus praticantes.

## **CAPITULO 3 - COMPREENDENDO A CAPOEIRA MARGINALIZADA**

Esse trabalho foi estruturado de modo a trazer, primeiramente, a identificação e origem histórica da capoeira no Brasil e o nascimento da estereotipagem desta e seus praticantes, para então adentrar nas bases teórico metodológicas que a Nova História propiciou para estudos desses povos e práticas, por muitos anos ignorados pelas pesquisas científicas e, enfim, nesse capítulo, corroborar essa marginalização a partir de reportagens jornalísticas dos séculos XIX e XX.

### **3.1 Obstáculos acerca de registros históricos**

Um dos grandes desafios desse estudo foi encontrar uma documentação, como visto anteriormente. Isso porque não se conhecem fontes, sejam documentais ou bibliográficas, da capoeiragem no recorte que tencionávamos, desde a fundação do Arraial de Santana. Assim, optamos pelos séculos XIX e início do XX na província de Goyaz, e em outras províncias em função dos jornais encontrados.

Entretanto, é necessário fazer algumas ressalvas que dificultaram a precisão das análises dessas reportagens: o papel social dos negros determinavam a relevância de qualquer menção destes nas reportagens, ou seja, são raros os casos em que apareciam, exceto nas condições de escravos, como em transações comerciais, crimes e prisões de outros já libertos; as terminologias usadas, na época, para descrever a realidade ainda pode recair em equívocos, já que a maioria destes tinham outros significados, como o caso do termo “vadios” empregado aos capoeiras; para essa interpretação, como exposto no capítulo anterior sobre análise de jornais, tivemos que desbravar o contexto social e cultural daquela sociedade; por último, já apontamos o teor político e oligárquico que tinham esses jornais, então a descrição da presença dos negros e de seus costumes certamente terá sempre um teor pejorativo.

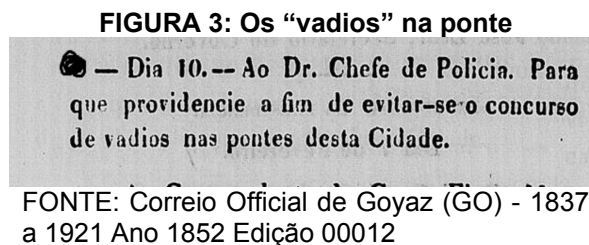
Ferreira, um historiador goiano vilaboense também trabalhou com o tema relacionado a capoeiragem, só que em um contexto mais próximo dos tempos atuais. Nosso estudo se justifica, portanto por abordar o final do século XIX e início do século XX, cuja “falta documental poderia ter ocorrido por Rui Barbosa, então

ministro da Fazenda, quando determinou a destruição de documentos importante que possivelmente poderiam contribuir a reconstrução da história da capoeira no Brasil” (FERREIRA, 2016, p. 5).

Com a ausência de pesquisas nesse contexto (Sec. XIX e XX), este estudo mostra a importância de se olhar para este cenário histórico, mesmo com os grandes obstáculos que encontramos no desenvolvimento da pesquisa, até porque a própria ausência de fonte histórica já é uma evidência da tentativa de apagar o passado escravocrata e seus testemunhos, bem como de efetivar a invisibilidade do povo negro, social, cultural e historicamente.

### 3.2 Análise dos registros históricos

No Jornal Correio Oficial de Goyaz na Typographia Provincial, de 1852, no dia 10 de Maio, fez-se um requerimento ao Dr. Chefe de Polícia, para acabar com o concurso de “vadios” (FIGURA 3), termo que era muito utilizado para referenciar a prática da capoeira, como já mostramos nos capítulos anteriores. Veja:



A criação e inserção da capoeira como crime, no Código Penal republicano, ocorre sob a epígrafe “Dos vadios e capoeiras”, Art. 402, (Decreto nº 847 de 11/10/1890):

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:  
Pena - de prisão cellular por dous a seis mezes.  
Paragrapho unico. E' considerado circumstancia aggravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.  
Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro (BRASIL, 1890).

Logo, a capoeira estava “associada a malandros, arruaceiros e vadios, a capoeira se fazia presente entre escravos cativos e alforriados, e por vezes entre pessoas influentes da sociedade” (TUCUNDUVA, 2015, p. 35),

Observa-se ainda certo teor de higienização social: “a imagem dos capoeiras é a reprodução das muitas faces da pobreza. Desfilavam cegos, pernetas, escrofulosos, todos reunidos sob o manto igualitário e discriminador de capoeiras” (OLIVEIRA; LEAL, 2009, p. 31). Portanto, a sociedade elitista não se importava especificamente com a capoeira em si, mas com o tipo de pessoas que a praticavam em locais públicos, desagradando os transeuntes brancos e ricos locais.

Ferreira (2016) faz uma menção a Pires (2004) em sua pesquisa feita em outros territórios, sobre denominações linguísticas da capoeira. Outras palavras surgiram para definir esta manifestação, tais como: “capadóciós”, ‘valentões’, ‘bambas’, ‘navalhistas’, ‘vadios’, entre outros que o autor explica ter surgido pelas diversas visões dos diferentes grupos sociais sobre a “cultura da capoeira” (FERREIRA, 2016, p. 12).

Assim, o “concurso de vadios” citado pelo jornal se trataria da capoeira e seus praticantes. O Jornal A Tribuna Livre, Orgão do Club Liberal de Goyaz (GO) de 11 de Junho de 1881 aponta que: “Somos e seremos invencíveis, não porque joguemos a *capoeira* no terreno da discussão, mas em quanto o colega do órgão oficial não subordinar seus processos intellectuaes aos preceitos da logica e da bôa fé”.

O contexto que se trata, é referente a uma discussão entre o jornalista e o editor que publica na parte “*ineditorial*” do periódico:

Parece que o colega è do numero dos que entende, que a redacção de um jornal deve constituir-se em ditadura, em tribuna de censura previa, fiscal saberano das producções alheias, impondo o seo *placet* á todas e sob todos os respeitos para que possam sahir à lume.

O que diz respeito a menção a capoeira, ele faz uma referência entre sua habilidade com as habilidades de um capoeirista, nos mostrando o reconhecimento, por parte do jornalista, de que o capoeirista é habilidoso, mesmo a capoeiragem sendo marginalizada. Inclusive é uma exceção por não ser mais uma menção pejorativa.

No jornal A Tribuna Livre Orgão do Club Liberal de Goyaz (GO), de 15 de julho de 1882, na secção *ineditorial*, é narrado um acontecimento no Seminário



Episcopal, onde um ministro do Altar é acusado de esbofetear um aluno, e os castigos corporais estavam banidos nos colégios, logo, não seria diferente para os seminários. O escritor do jornal continua dizendo que: “Admettido mesmo que n`estes ainda se observem essas usanças anachronicas e própria só dos tempos bárbaros, ficará decente a úm ministro do cruxificado o officio de capoeira?”

Nesse trecho citado, vemos a visão negativa da capoeira e seus praticantes, quando associa a capoeira aos tempos bárbaros, não permitidos no período a que se refere o jornalista. Assim, ele faz o seguinte questionamento no jornal: “Ficará decente a úm ministro do cruxificado o officio de capoeira?”. Isso nos remete uma ideia de que, o fato de o Reverendo Sr. P. Souza ter castigado o aluno de forma corporal, está relacionado a práticas de defesas dos capoeiristas.

O Jornal Goyaz Orgão do Partido Liberal (GO), de 6 de fevereiro de 1886, traz um acontecimento que ocorreu no dia da eleição provincial, quando quatro praças fardados se colocaram no corredor da câmara municipal, por curiosidade de assistir os trabalhos eleitorais. Nesse episódio, o senhor Cavalcante (não identificamos seu cargo) mostrou para o cabo o art. 240 do reg. Eleitoral, e pediu para se retirar. Quando estavam saindo, o Sr. José Feliciano (promotor) ordenou que ficassem, pois estavam na cadeia da vila e guardando presos, que ali se encontravam. Cavalcante, por não ter gostado da atitude de José Feliciano, por meio do Coronel José Paulino, exigiu que o 1º juiz de paz intimasse a força a retirar-se.

O José Feliciano saltou como um capoeira no meio da assembleia eleitoral e em altas vozes insultou as autoridades locais brandando que ellas não sabiam cumprir os seus deveres, que a força não devia sahir, e não sahiria d’ali.

Atitude de revolta do promotor foi relacionada com movimentos da capoeira, quando no trecho do jornal acima diz “saltou como um capoeira no meio da assembleia eleitoral”. Isso enfatiza o nervosismo de José Feliciano em defender a permanência dos praças, sendo assim, esse termo capoeira pode ser visto como uma visão de agressividade do escritor, outra forma pejorativa de relacionar a capoeira com um fato acontecido na eleição provincial.

No jornal Goyaz Orgão do Partido Liberal (GO), de 10 de julho de 1886, relata um acontecimento em um destacamento em S. José do Tocantins, 15 de Janeiro de 1886, aonde o Sr. José Bonifácio diz que, perto do edifício onde procedia

a eleição geral, foi assassinado, com um tiro, o Alferes Jose Gonçalves Pacheco, por Antonio Martins Pereira, que logo foi contido por praças.

Acusa, ainda, o Coronel Jose Joaquim de ter premeditado essa desordem já que, desde que chegou a esse destacamento, vive com a casa munida de capangas, e que os primeiros tiros vieram detrás da casa. O delegado de polícia, prevendo essa desordem, requisitou a presença do alferes com o destacamento perto de onde acontecia as eleições.

Depois de todo um enredo de acusações, o jornal se refere à capangas paisanos, alegação para justificar a existência dos capangas fardados.

Vejo pelas publicações da imprensa, ate das que defendem o Sr. Dr. Chefe de policia, que há capoeiras paisanos e capoeiras matriculados na policia. Denunciando o facto, sem afirmar a qualidade de capoeira, as defezas da policia confessarão a existência do guarda extraordinário na casa do chefe.

Jose Bonifacio questiona várias vezes o chefe de polícia, o presidente, e até mesmo o vice-presidente, e continua dizendo que a força bruta pode ter encantamentos sedutores diz ainda que:

E' preciso que o governo do paiz olhe para tudo isto: capangas officiaes e não officiaes; capoeiras da policia e inimigos da policia; soldados das fronteiras e soldados educados pela autoridade na capoeiragem da eleição!!! Pretender-se-há porventura transformar os batalhões em maltas de capoeiras, dando-lhes as denominações das provicias á que pertencerem? Quererá o governo pela fatalidade das conclusões de sua doutrina ardar *Guayamus* e crear a pfficialidade dos Nagôas”

Como já foi dito nos capítulos anteriores sobre os capangas eleitorais (ANJOS, 2003) e (OLIVEIRA; LEAL, 2009), Nagoas e Guaiamuns representavam os dois partidos políticos da época, respectivamente, liberais e conservadores. A capoeira teve participação na política, como forma de intimidação, de manter a fidelidade partidária. “As campanhas eleitorais no Brasil, na Primeira República, foram marcadas por acirrados conflitos partidários. Termos como “poder local”, “coronéis” e “capangas” estão associados à história da luta político-partidária no Brasil republicano.” (OLIVEIRA; LEAL, 2009, p. 88)

A capangagem foi no Rio de Janeiro, em Belém e em Salvador, foi um dos trabalhos assumidos pelos capoeiras que mais deram visibilidade para a sua prática. Nos processos eleitorais, desde a Monarquia até a primeira República, os principais dirigentes políticos das cidades citadas solicitavam a ação de capoeiras na hora de decidir o pleito eleitoral. Além do projeto de embranquecimento da população e, por extensão, da cultura brasileira, foi justamente a ação do capoeira como capanga político que inspirou a inserção da capoeira como crime no Código Penal republicano, sob a epígrafe “Dos vadios e capoeiras” (OLIVEIRA; LEAL, 2009, p. 49).

Com isso percebemos que Goyaz também teve os capangas capoeiras que influenciaram nas eleições, haja vista que nesse período o voto não era secreto, logo, os capoeiras aparecem citados como capangas de políticos poderosos e associados à vagabundagem e à desordem pública.

No jornal O Publicador Goyano (GO) do dia 6 de setembro de 1885, em um aviso importante, vem relatar um touro mestiço perigoso que fica no largo do Chafariz e oferece ainda uma gratificação generosa para quem tocar ele desse local. Nesse aviso podemos ver uma menção a capoeiragem quando diz: “Cuidado com o bravo e pestífero animal, pois é mais ligeiro e sagaz nas chifradas do que qualquer moleque, amestrado a capoeira, nas cabeçadas” (ver FIGURA 4).

FIGURA 4: Assimilação animalésca do capoeira

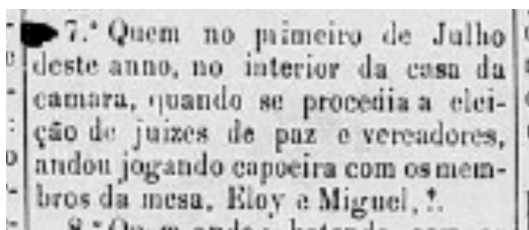


FONTE: O Publicador Goyano (GO) - 1885 a 1889  
Ano 1885 Edição 00028.

A comparação é feita entre as chifradas do animal e a cabeçada de um “moleque amestrado a capoeira”. Da mesma forma, a rasteira e a cabeçada citadas são golpes clássicos dessa luta, já que a “capoeira exigia destreza corporal desenvolver habilidades marciais tais como desferir o tradicional golpe, a cabeçada ou manejar facas de ponta e navalhas” (CUNHA, 2011, p. 28). Assim, “a cabeçada um importante componente do caráter de luta que tal pratica já trazia, mas que ganhava ares de brincadeira, beirando o espetáculo, com palmas e assobios acompanhando o gestual” (CUNHA, 2011, p. 135), sendo essa destreza comparada com a agilidade das chifradas do touro.

O jornal O Publicador Goyano (GO) vem trazer um questionamento, perguntando se Eloy e Miguel estava jogando capoeira com os membros da mesa das eleições de juizes de paz e vereadores (FIGURA 5).

FIGURA 5: Vereadores jogando capoeira?



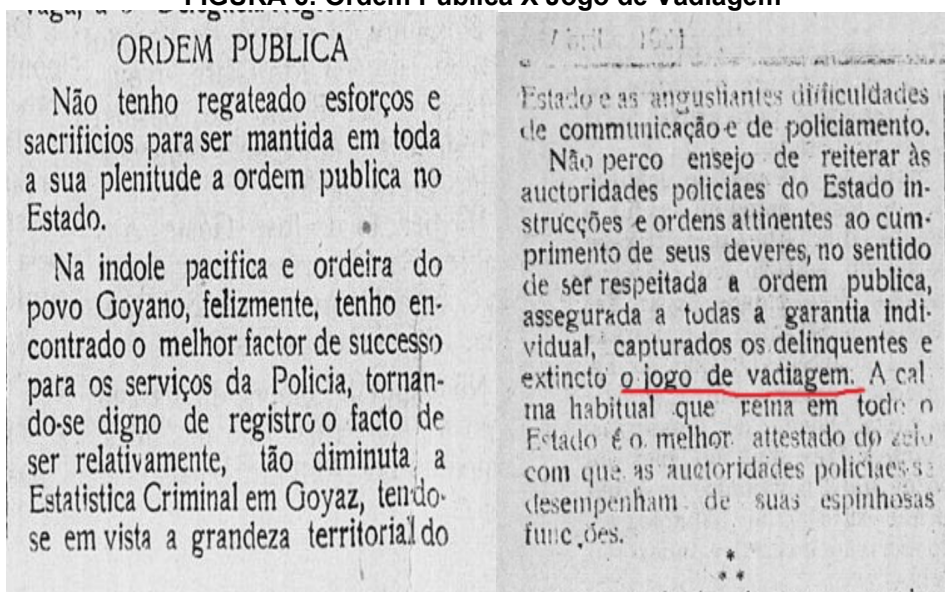
FONTE: O Publicador Goyano (GO) - 1885 a 1889 Ano 1886 Edição 00083

O que aconteceu, em Cavalcante, 2 de julho de 1886, foi que não havia na lista de eleitores o nome de Firmino de Almeida Salerna, quando o Eloy Gonçalves Montijo, em alta voz, disse que deveria ser aceito o voto de Firmino, ainda mesmo sem ter sido chamado pela lista organizada legalmente, o que não foi aceito aos demais mesários, exceto por Miguel Chrisostomo do Carmo. A confusão foi tão grande que começaram empurrões e quedas de cadeiras, bancos, dentro do edifício.

Com toda essa confusão, Eloy e Miguel foram tachados de capoeira, pejorativamente, haja vista que já foi mostrado que o termo capoeira era muito utilizado para definir baderneiros, arruaceiros, malandros, valentões entre outras terminologias.

Veja, agora, na FIGURA 6, a reportagem do Jornal Correio Official de Goyaz (GO) do dia 6 de abril 1921:

**FIGURA 6: Ordem Pública X Jogo de Vadiagem**



FONTE: Correio Official de Goyaz (GO) ano 1921

O respectivo jornal vem trazer para os leitores que a estatística criminal de Goyaz é baixa, sendo o povo goyano possuidor de uma índole pacífica, e orienta que se mantenha isso:

respeitando a ordem publica, assegurada a todos a garantia individual, capturados os delinquentes e extinto o jogo de vadiagem. A calma habitual que reina em todo o Estado é melhor atestados de zelo com as autoridades policiaes desempenham de suas espinhosas funções.

No mesmo sentido, Cunha (2011) conclui que em outros locais, a capoeira já era vista mais como jogo do que como uma atividade suspeita que ameaçava a ordem pública, como em terras paulistas, o que não ocorria, por exemplo, no Rio de Janeiro, onde era violentamente perseguida e presos seus praticantes.

O termo “jogo de vadiagem” era utilizada para denominar a prática da capoeira, quando a viam como forma de lazer e desporto, mesmo que em vários lugares fosse praticada como forma de defesa, caracterizada por sai agressividade. No primeiro caso, diziam se irritar pelo fato de aquelas pessoas eram desocupadas, sem nenhuma atividade útil, trabalho, etc.; no segundo, diziam-se preocupados com a ameaça que aqueles golpes pudessem acometer a população, ou mesmo, caso se rebelassem, poderiam acabar com a ordem pública.

Entretanto, a contextualização do primeiro capítulo e compreensão da Nova História da construção da memória coletiva e identidade do povo negro, no Brasil, bem como da capoeira, demonstram que essas construções pejorativas acerca da mesma sobressaem a ela, em si, bem como aos discursos da época e se justifica, apenas, na discriminação racial e objetificação do corpo negro, e na tendência de higienização social que estaria mais acentuada no começo do século XX.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos a pesquisa motivados pela busca de resquícios sobre a existência da prática da capoeira na cidade de Goiás, desde a sua primeira fundação, enquanto Arraial de Santana, no século XVIII, posto que não haviam trabalhos que mostrassem essa prática em Goiás e no restante do estado, nesse recorte temporal. Dado a ausência de fontes, tivemos que mudar o recorte para os séculos XIX e XX, e partir de jornais que circularam em Goiás,

Mesmo com as dificuldades antepostas, alcançamos o objetivo de compreender a marginalização da capoeira e dos indivíduos que a praticavam, porém não foi possível identificar claramente características físicas e sociais, as relações entre negros, brancos, negros livres, escravizados, dentro da capoeiragem. Através dos jornais, percebemos a visão estereotipada da sociedade para com os negros, em geral, e por isso, com a capoeira e seus integrantes. Foi possível notar, ainda, o uso do povo negro capoeira como instrumento do jogo político, embora não saibamos, de fato, os ganhos daqueles “capangas” pelos serviços prestados.

Vimos que a sociedade utilizava os jornais para externarem sua insatisfação para com diversos acontecimentos, dentre esses a capoeira, onde a caracterizam como inapropriada, inaceitável e até violenta. Entretanto, também encontramos indícios de que haviam membros do corpo policial que estavam envolvidos com a capoeira.

Portanto, a hipótese da existência da capoeira em Goiás nos séculos XIX e XX, foi confirmada pela pesquisa que mostrou, ainda, a similaridade da prática, valores desta goiana, com as do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e outras regiões, bem como foi similar a visão negativa da sociedade sobre ela.

Metodologicamente, os jornais foram úteis ao ajudar a contextualizar historicamente e ideologicamente a presença dessa atividade, para a qual, a perspectiva de análise dessas fontes foi de cuidado para evitar anacronismos, visando atentar para as entrelinhas, o imaginário popular, os códigos, os comportamentos da população e suas possibilidades de manipulação de opinião pública pela mídia.

O trabalho foi feito com um levantamento bibliográfico, visitas aos arquivos da cidade de Goiás, como Frei Simão e Museu das Bandeiras e pesquisa na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, de onde retiramos os jornais.

Dada dificuldade de fontes para esboçar um perfil dos capoeiras vilaboenses, percebemos a necessidade de pesquisas contínuas, em fontes diversas, que aprofundem as compreensões da capoeira em Goiás. Além desse fato, os arquivos físicos existem, sejam processos, jornais, entre outros, na cidade de Goiás, encontram-se organizados por critérios diferentes, o que dificulta que encontremos relatos sobre determinado tema.

Recomendamos para trabalhos posteriores sobre a temática da capoeira em Goiás, que se procure em documentos de processos criminais, posto que a mesma era considerada crime e, certamente, a insatisfação social para com ela motivava bastante as denúncias.



## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, F. D. *Os Zuavos Brasileiros*. Recanto Das Letras, 2013. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos/4136663#targetText=Os%20Zuavos%20Pernambucanos%20e%20Bahianos,no%20Ex%C3%A9rcito%20Brasileiro%20naquela%20%C3%A9poca.&targetText=Rio%20de%20Janeiro%3A%20Biblioteca%20Militar%2C%201949>>. Acesso: 25 jul. 2019.
- ANDRADE JÚNIOR, A. M. de. *A Reafricanização da Capoeira em Aracaju: identidades em jogo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Cristóvão: UFS, 2005.
- ANJOS, E. D. *Glossário terminológico ilustrado de movimentos e golpes da capoeira*. São Paulo: Univesidade de São Paulo, 2003.
- BORGES, R. M.; LIMA, A. P. História da imprensa goiana os velhos tempos da colônia à modernidade mercadológica. *Dossiê 200 anos da imprensa no Brasil(05)*, 200, p. 68-87.
- BRASIL. *Código Penal de 1890*: Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.
- BRITO, E. D. . *Capoeira Angola: expressão de corpos e linguagens - Cidade Goiás (1986 a 2009)*. Monografia (Licenciatura Plena em História). Goiás: UEG, 2009.
- BRITO, E. P. (Mestre Suíno). *Capoeira: Fundamentos – Tradições – Rituais*. Goiânia. 2019.
- BURKE, P. *A Revolução Francesa da historiografia*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAMPOS, H. *Capoeira Regional: a escola de Mestre Bimba*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- CARNEIRO, J. R. *O uso do jornal como fonte de pesquisa histórica: Um estudo do jornal "O Tibagi"*. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE, 01, 2014, n.p.
- CARVALHO JÚNIOR, W. M. de. *Capoeira: (re)Historiando o Brasil*. Goiânia: Ed. do Autor, 1998.
- CORDEIRO, A. A.; CARVALHO, N. C. Capoeira, do crime à legalização:. *Revista Trilhas da História*, 2(4), 2013, p. 68-80.
- CORREIRA, D. D. *Por trás do Berimbau: a Capoeira na cidade de Goiás*. Monografia (Licenciatura em História). Goiás: UEG, 2009.
- COUTO, A. C. *História Arte & Filosofia da Capoeira Nacional*. Salvador: Grafica Santa Helena, 1999.

CUNHA, P. F. *Capoeiras e valentões: na história de São Paulo (1830-1930)*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: USP, 2011.

DIAS, L. S. *Quem tem medo da capoeira? Rio de Janeiro, 1890-1904*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

DIAS, J. C. N. de S. N. *Corpo e gestualidade: o jogo da capoeira e os jogos do conhecimento*. São Paulo: Annablume, 2012.

FERNANDES, C. *Invasões holandesas no Brasil*. Brasil Escola, 2019. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/invasoes-holandesas-no-brasil.htm>. Acesso: 10 ago. 2019.

FERREIRA, P. S. G. *A história da capoeira na cidade de Goiás (1945-2010)*. Dissertação (Mestrado). Goiânia: PUC, 2016.

FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2013.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista Dos Tribunais Ltda, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultura na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005

IBGE. Cidades: Goiás. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goias/panorama>. Acesso: 8 ago. 2019.

IPHAN. *Inventário para registro e salvaguarda da capoeira*. Brasília: Dossiê IPHAN, 2007.

LOIOLA, M. L. *Trajetórias Atlânticas, Percursos Para a Liberdade: Africanos e descendentes na Capitania Dos Guayazes*. Dissertação (Mestrado). Goiânia: UFG, 2008

MAESTRI, M. *O Escravismo no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Atual, 1994

MEDEIROS, M. P. *Capoeira: da marginalização à reafirmação identitária*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização do Curso de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira). Currais Novos: UFRN, 2016.

MORAIS, Edenilson. *Invasões holandesas*. Mestres da História, 2011. Disponível em: <http://mestresdahistoria.blogspot.com/2011/03/>. Acesso: 8 ago. 2019.

NEVES, D. *Tráfico negreiro*. Brasil Escola, 2019. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/trafico-negreiro.htm>. Acesso: 14 out. de 2019.

OLIVEIRA, J. P.; LEAL, L. A. *Capoeira, Identidade e Genero: ensaios sobre a História da capoeira no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2009.

OLIVEIRA, R. S. a relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). *Historiæ*, 2011, p. 125-142.

PRADERA, D. *Zuavo Baiano*. Tormento Pabulum, 2017. Disponível em: <<https://tormentopabulum.wordpress.com/2015/09/13/zuavo-baiano/>>. Acesso em 01 de 10 de 2019,

REGO, W. *Capoeira Angola Ensaio Sócio-Etnográfico*. Salvador: Itapoan, 1968.

RONDINELLI, P. *Brasil Capoeira: uma prática genuinamente brasileira*. Brasil Escola, 2019. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao-fisica/capoeira.htm>. Acesso: 10 ago. 2019.

RODA DE CAPOEIRA. iphan, cidade de publicação, dia, mês e ano. Seção (se houver). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66>. Acesso em: 12/11/2019. SÁ, E. S. *O mundo de ponta cabeça: negros em festa na capitania de Goiás e em Cuba*. Dissertação (Mestrado). Brasília: UNB, 2006.

SALLES, G. V. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SILVA, A. B. *Eu sou angoleiro, angoleiro eu sei que eu sou*. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Antropologia Social). Goiânia: UFG, 2014.

SOARES, C. E. *A Capoeira Escrava no Rio de Janeiro - 1808-1850*. Tese (Doutorado). Campinas-SP: UNICAMP, 1998.

SOUSA, A. *A legalização da Capoeira abriu caminho para três estilos*. Capoeira é Brasileira, 2011. Disponível em: <<https://origemdacapoeira.wordpress.com/2011/07/18/a-legalizacao-da-capoeira-abriu-caminho-para-tres-estilos/>>. Acesso: 3 ago. 2019.

TUCUNDUVA, T. *Mestre Sabú: Memória Social e práticas culturais da capoeira em Goiás*. Dissertação (Mestrado). Goiânia: UFG, 2015.

VIEIRA, S. L. *Capoeira – Origem e História*. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC/SP, 2004.

## FONTES:

A Tribuna Livre, Orgão do Club Liberal de Goyaz (GO). 11 de Junho de 1881. *Biblioteca Nacional Digital – Brasil, 2019*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/167487/192>>. Acesso: 8 ago. 2019.

A Tribuna Livre Orgão do Club Liberal de Goyaz (GO). 1878 a 1884. Ano 1882. Edição 00285. *Biblioteca Nacional Digital – Brasil, 2019*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/717592/503>>. Acesso: 8 ago. 2019.

Correio Oficial de Goyaz (GO). 1837 a 1921. Ano 1852, Edição 00012. *Biblioteca Nacional Digital – Brasil, 2019*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/717592/725>>. Acesso: 8 ago. 2019.

Correio Oficial de Goyaz (GO). 6 de abril 1921. *Biblioteca Nacional Digital – Brasil, 2019*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/246590/67>>. Acesso: 8 ago. 2019.

Goyaz Orgão do Partido Liberal (GO). 1885 a 1910. Ano 1886, Edição 00020. *Biblioteca Nacional Digital – Brasil, 2019*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/246590/146>>. Acesso: 8 ago. 2019.

Goyaz Orgão do Partido Liberal (GO). 1885 a 1910. Ano 1886, Edição 00043. *Biblioteca Nacional Digital – Brasil, 2019*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/716774/108>>. Acesso: 8 ago. 2019.

O Publicador Goyano (GO). 1885 a 1889. Ano 1885, Edição 00028. *Biblioteca Nacional Digital – Brasil, 2019*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/716774/328>>. Acesso: 8 ago. 2019.

O Publicador Goyano (GO). 1885 a 1889. Ano 1886, Edição 00075. *Biblioteca Nacional Digital – Brasil, 2019*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/716774/296>>. Acesso: 8 ago. 2019.

O Publicador Goyano (GO). 1885 a 1889. Ano 1886, Edição 00083. *Biblioteca Nacional Digital – Brasil, 2019*. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/167487/7563>>. Acesso: 8 ago. 2019.